



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA MÉLO

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL
NA BOLÍVIA: UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2000 A 2021**

**JOÃO PESSOA
2023**

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA MÉLO

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL
NA BOLÍVIA: UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2000 A 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

Coorientadora: Prof^a. Dra. Rejane Gomes Carvalho

**JOÃO PESSOA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M528p Mélo, Ana Cristina de Oliveira.

A participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia [manuscrito] : um estudo de caso no período de 2000 a 2021 / Ana Cristina de Oliveira Mélo. - 2023. 96 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

"Coorientação: Profa. Dra. Rejane Gomes Carvalho , UFPB - Universidade Federal da Paraíba"

1. Mercado de trabalho informal. 2. Mulheres. 3. Bolívia. I.

Título

21. ed. CDD 331.12

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA MÉLO

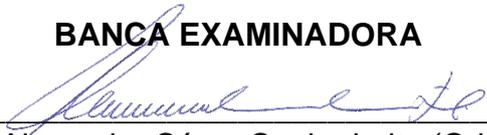
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL
NA BOLÍVIA: UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO 2000 A 2021

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Aprovada em: 03/03/2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Rejane Gomes Carvalho (Coorientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)


Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida (Avaliador Interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Margarita Silvia Olivera (Avaliadora Externa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A todas as mulheres trabalhadoras que
vivem e resistem, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Alexandre César Cunha Leite e à minha coorientadora Rejane Gomes Carvalho pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

À coordenação do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da UEPB que hoje é coordenada pelas professoras Dra. Cristina Carvalho Pacheco e Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico.

Às professoras Dra. Ana Paula Maielo Silva e Dra. Silvia Garcia Nogueira pelas valiosas contribuições durante a disciplina Seminários de Pesquisa.

Aos secretários do programa, Sírnia Bandeira e Valentim, que prontamente auxiliaram o diálogo com a coordenação e com o colegiado.

Aos professores do PPGRI da UEPB que contribuíram ao longo de vinte e quatro meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como ao Professor Roberto Véras, que ministrou a disciplina Economia Informal no PPGS na UFPB e que contribuiu com sugestões valiosíssimas na banca de qualificação. Agradeço também ao professor Lucas Milanez por suas importantes observações na banca de qualificação, que tanto contribuíram para melhoria do texto. Muito obrigada!

Aos colegas de classe, que mesmo a distância, deram apoio e proporcionaram discussões valiosíssimas.

Às minhas amigas e companheiras da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Brasil Popular: Heloisa, Ananda, Danielle, Lucille, Joana e Bárbara que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me fazendo acreditar que há esperança. Vocês são minha fonte de inspiração na luta por um mundo melhor e mais justo para todas nós!

Aos amigos Ian e Carol pela paciência e por serem meu porto seguro nos dias difíceis. Agradeço também aos demais amigos que estiveram torcendo por mim nessa jornada.

Como disposto na Portaria MEC nº 206, de 4 de setembro de 2018, indico que este trabalho foi realizado com financiamento parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

“Bartolina Sisa (Quéchua)

Bartolina Sisa warmi
Q'allpa jallp'a jina kanqi
Bartolina Sisa warmi
Yawar niqi yawarniqu
Allmilla aqjsuyuqkuna
Yuyarikuyku

Bartolina Sisa warmi
Uraqisaw ch'amanitaw
Jumatapuniw amtastwa
Quli Bartolina

Jumampikiw Bartolina
Wali puni samkasistwa
Wila manayan wila jaw
Quli Bartolina”

Luzmila Carpio

“Bartolina Sisa (español)

Bartolina Sisa, mujer
Eres fuerte como la tierra
Bartolina Sisa, mujer
Tu sangre es nuestra sangre
Las que vestimos allmillas y aqsus
Siempre te recordamos

Bartolina Sisa, mujer
Eres el aroma de nuestra tierra
De ti siempre nos recordamos
Amada Bartolina

Contigo Bartolina
Muchas veces sueño
Tu sangre también es mi sangre
Amada Bartolina”

Luzmila Carpio

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a participação das mulheres no mercado de trabalho informal da Bolívia. Dessa forma, procura-se analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho informal no período de 2000 a 2021, tendo como principais premissas a realidade de participação precária das mulheres no mercado de trabalho informal, isto é, participação em ocupações que trazem certa instabilidade e más condições de trabalho e a posição de país dependente no desenvolvimento da economia no capitalismo global. Para caracterizar a participação das mulheres no mercado de trabalho serão consideradas a escolaridade, remuneração, horas trabalhadas, tipos de trabalho existentes discriminadas por gênero a partir das estatísticas do *Instituto Nacional de Estadística* (INE) da Bolívia bem como dados do *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A partir da análise descritiva desses dados, dentre os trabalhos informais organizados pela Cepal, percebeu-se que as mulheres bolivianas estão inseridas, em sua maioria, em trabalhos por conta própria no comércio e serviços. E a maior motivação para que realizem esses trabalhos é a necessidade de subsistência familiar (OIT, 2022). Assim como no restante do mundo, as mulheres recebem menos que os homens e comparativamente com estes, estão mais presentes no mundo do trabalho informal (Cepal, 2022).

Palavras-Chave: Mulheres. Mercado de Trabalho Informal. Bolívia.

ABSTRACT

This research intended to analyze the participation of women in the informal labor market in Bolivia. So, it is made an attempt to analyze the situation of women in the informal labor market in the period from 2000 to 2021, as main premises we have the reality of precarious participation of women in the informal labor market, that is, participation in occupations that bring a certain instability and poor working conditions and the position of a dependent country in the development of the economy in global capitalism. In order to characterize the participation of women in the labor market, schooling, payment, worked hours, types of existing work will be considered, broken down by gender based on statistics from the *Instituto Nacional de Estadística* (INE) of Bolivia, as well as data from the *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe* of the Economic Commission for the Latin America and the Caribbean (ECLAC). From the descriptive analysis of these data, among the informal jobs organized by Cepal, it was noticed that Bolivian women are included, for the most part, in self-employment in commerce and services. And the greatest motivation for them to carry out these jobs is the need for family subsistence (ILO, 2022). As in the rest of the world, women earn less than men and compared to them, they are more present in world of informal work (Cepal, 2022).

Keywords: Women. Informal Labor Market. Bolívia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de alfabetização de pessoas entre 15 e 24 anos, segundo sexo na Bolívia de 1976 a 2020 (em %)	58
Gráfico 2 - Média de anos de estudo das mulheres com 15 anos ou mais na Bolívia (porcentagem de pessoas)	59
Gráfico 3 - Média de anos de estudos dos homens com 15 anos ou mais na Bolívia (porcentagem de pessoas)	59
Gráfico 4 - Porcentagem de homens e mulheres com 15 anos ou mais que estudaram 13 anos ou mais na Bolívia (porcentagem de pessoas) ..	60
Gráfico 5 - Bolívia - Proporção de tempo dedicado a afazeres domésticos e de cuidados não remunerados, segundo sexo, em 2001 (em porcentagem)	65
Gráfico 6 - Bolívia - Porcentagem de homens e mulheres ocupados entre 2000 e 2021	67
Gráfico 7 - Bolívia - Porcentagem de Desocupados da População Economicamente Ativa com 15 anos ou mais entre 2000 e 2021.....	67
Gráfico 8 - Bolívia – Participação das mulheres no mercado de trabalho informal de 2000 a 2021 (porcentagem do total da população ocupada urbana)	69
Gráfico 9 - Bolívia - Porcentagem de ocupados em empregos domésticos entre 2000 e 2021	73
Gráfico 10- Bolívia - Rendimento médio em bolivianos de operários(as) e empregados(as) por sexo entre 2011 e 2021	75
Gráfico 11- Bolívia – Rendimento médio em bolivianos de trabalhadores(as) por conta própria por sexo entre 2011 e 2021	75
Gráfico 12- Bolívia – Rendimento médio em bolivianos de trabalhadores(as) domésticos(as) por sexo entre 2011 e 2021	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bolívia – Porcentagem de pessoas ocupadas segundo categoria ocupacional e gênero nos anos 2000, 2006, 2012 e 2021 (% da PEA)	55
Tabela 2 – Distribuição percentual da população da zona urbana da Bolívia classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017	63
Tabela 3 – Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017	64
Tabela 4 – Distribuição percentual da população da zona urbana classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4º trimestre de 2018 a 2021	65
Tabela 5 – Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4º trimestre de 2018 a 2021	65
Tabela 6 – Bolívia - Distribuição geográfica das mulheres que trabalham por conta própria na informalidade em 2015 e 2020 (porcentagem)	72
Tabela 7 – Bolívia – Mortalidade Infantil de 1989 a 2016 (quantidade de crianças a cada 1000 nascidas vivas)	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bases estatísticas e conceitos	19
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COB	Central Obrera Boliviana
COMIBOL	<i>Corporación Minera de Bolivia</i>
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICLS	<i>International Conference of Labor Statisticians</i>
INE	<i>Instituto Nacional de Estadística</i>
MAS	Movimento ao Socialismo
MNR	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario</i>
NIT	<i>Número de Identificación Tributaria</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
REMTE	<i>Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía</i>
UNESCO- IEU	Instituto de Estatística das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WIEGO	<i>Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing</i>
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos y Fiscales Bolivianos</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	Sobre a divisão sexual do trabalho	22
2.1.1	Divisão Sexual do trabalho profissional	22
2.1.2	Precarização social e do trabalho	28
2.1.3	Trabalho doméstico e de cuidados	31
2.2	Sobre o conceito de informalidade	36
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DA BOLÍVIA	43
3.1	A dominação Aymara e a dominação Quéchua	43
3.2	A dominação espanhola	45
3.3	As guerras da independência	48
3.4	A república	49
3.5	O governo do MAS e o republicanismo comunitário	55
4	ANÁLISE DESCRITIVA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NA BOLÍVIA	58
4.1	Escolaridade das mulheres na Bolívia	59
4.2	A participação das mulheres no mercado de trabalho	64
4.3	As ocupações informais	70
4.4	Rendimentos das mulheres na informalidade	76
4.5	Seguridade Social	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	84
	ANEXOS	91

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno de crescimento populacional, principalmente nas cidades do continente latino-americano, juntamente com a incapacidade do mercado de trabalho formal incorporar as pessoas, gera a ocorrência de trabalho informal e este se torna uma urgência de sobrevivência. Dos anos 1970 até a atualidade, diversos estudos foram realizados a partir da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e de centros de pesquisas em sociologia e economia do trabalho, com o intuito de compreender as dimensões da informalidade. O trabalho informal deixou de ser considerado como uma consequência pontual do crescimento urbano e passou a ser encarado como um traço estrutural do modelo econômico. A informalidade “se inseria em estratégias mais amplas e que os setores populares mostravam-se capazes de se organizar e instituir novas frentes de mobilização” (GAIGER, 2009, p. 87), isto é, a informalidade alcançou um patamar de total presença no mercado de trabalho, de forma que até mesmo as organizações sindicais precisam ser reformuladas, pois já não atendem às novas formas de vínculos de trabalho (POCHMANN, 2022). Segundo a OIT, de toda a população global empregada com mais de 15 anos de idade, 61,2% trabalham na em empregos informais. Vale salientar que, observando os dados de forma global, os maiores indicadores de informalidade estão nos países do Sul Global¹ (OIT, 2018).

Um condicionante significativo para a participação da mulher no mercado de trabalho de forma precária e informal é o trabalho de reprodução social². Esse trabalho é composto pelas tarefas realizadas no âmbito do lar e que não são remuneradas. E o fato de as mulheres, na maioria das famílias, serem as responsáveis pelos afazeres domésticos, atividades de cuidados e de afeto, influencia na participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado. O trabalho de reprodução social pode

¹ Sul Global é um termo utilizado para se referir aos países em desvantagem econômica em relação aos países mais ricos. Segundo Mahler (2017 p.1) o termo Sul Global “has been employed in a postnational sense to address spaces and people’s negatively impacted by contemporary capitalist globalization” Em geral os países mais pobres estão localizados no hemisfério sul, entretanto há países que estão no Norte e que também são subdesenvolvidos, desta forma estes também são considerados como do Sul Global.

² Arruzza e Bhattacharya (2020) desenvolvem o conceito de Reprodução Social a partir de três esferas, mas enfatizam que a família é a principal, pois é o espaço onde as mulheres realizam as tarefas domésticas e de cuidado e também reproduzem a vida. A Teoria da Reprodução Social traz como pressuposto que esse papel socialmente atribuído às mulheres tem um propósito claro dentro do capitalismo, que é o de se aproveitar da estrutura patriarcal para explorar mulheres e corpos feminizados, mantendo-as em situações vulneráveis. Arruzza (2017) afirma que a Reprodução Social abrange três elementos fundamentais que são: “a reprodução biológica da espécie”, “a reprodução da força de trabalho” e “reprodução das necessidades de provisão e de cuidado”.

ser descrito a partir de duas características. Primeiro, ele é um trabalho fundamental no sistema capitalista, pois possibilita que os indivíduos possam sair para trabalhar. Em segundo lugar, esse trabalho, que é realizado majoritariamente por mulheres, é altamente desvalorizado e muitas vezes sequer é reconhecido como trabalho. Assim, a feminização do trabalho reprodutivo influencia diretamente na forma em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho (ARRUZA e BHATTACHARYA, 2020).

Ainda que a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado significativamente nas últimas décadas, ainda há obstáculos significativos a serem superados. Como discutido anteriormente, um desses obstáculos é a responsabilidade desproporcional das mulheres pelo trabalho de reprodução social não remunerado (ARRUZA e BHATTACHARYA, 2020). Além disso, a maioria das mulheres trabalhadoras do Sul Global acaba se direcionando para o mercado de trabalho informal, onde enfrentam condições precárias e falta de proteção trabalhista (GAGO, 2020). Essa tendência é especialmente evidente na Bolívia, onde a informalidade é generalizada. Assim, é importante examinar como as transformações do capitalismo e a divisão internacional do trabalho influenciam a participação das mulheres no mercado de trabalho informal boliviano e como isso afeta a vida das mulheres que buscam garantir sua sobrevivência e de suas famílias.

Com as grandes transformações nas quais o capitalismo tem passado no mundo, que são condicionadas pela expansão da industrialização e pela busca do crescimento econômico, novas formas de trabalho foram surgindo no fim do século XX e início do século XXI e isso gerou também uma mudança na composição desta força de trabalhado em relação ao gênero. Isto é, essas transformações inicialmente estimularam um aumento na quantidade de postos de trabalho, os quais puderam ser ocupados de forma ainda mais efetiva pelas mulheres (KREIN, 2013). Segundo relatórios da OIT (2019), a porcentagem de mulheres com mais de 15 anos que participavam da força de trabalho no mundo em 2019 era de 54,5%, enquanto a taxa de participação dos homens era de 73,7%.³ De toda a população empregada da

³ As mulheres participam menos do mercado de trabalho em relação aos homens e existe uma lacuna significativa no que concerne ao salário recebido por homens e mulheres. As razões para essa diferença na participação são diversas. Há países em que a legislação, muito influenciada por normas religiosas, não permite que mulheres realizem trabalhos fora de casa; há também outras questões como o acesso ao transporte e a ausência de um meio seguro e eficiente para se deslocar todos os dias, as quais podem influenciar na participação das mulheres no mercado de trabalho. A diferença salarial é um fator importante nas relações familiares, e o caráter de complementação da renda advinda do trabalho de

América Latina, 53,1% estão inseridas em empregos informais e o país que possui as maiores taxas de informalidade é a Bolívia. E esse fato desperta o interesse e a motivação para se compreender melhor como o mercado de trabalho informal se organiza nesse país. A participação das mulheres no Sul Global é ainda mais expressiva nos anos 2000. Devido à situação de pobreza e inflação, as mulheres procuram participar do mercado de trabalho de forma a complementar a renda da família e garantir, minimamente, as condições materiais básicas para o autossustento e sustento dos seus (GAGO, 2020). As mulheres ainda não são maioria na taxa de ocupação no mercado de trabalho, entretanto o número das que trabalham cresceu significativamente. Logo, faz-se necessário analisar a presença das mulheres no mundo do trabalho e investigar como a globalização e a divisão internacional do trabalho⁴ influenciaram as condições de participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia. Dentro deste cenário de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho convém destacar que elas se direcionam, em sua maioria, para a informalidade, ou seja, acabam indo para empregos desregulamentados e sem assistência do Estado. Portanto delimita-se a pesquisa a fim de compreender melhor a participação das mulheres no mercado de trabalho informal.

Na Bolívia, 61% das mulheres com mais de 15 anos estavam inseridas no mercado de trabalho e este mesmo relatório mostra que a porcentagem do emprego informal no total das ocupações é de 83,1% (OIT, 2019). Apesar de os dados mundiais mostrarem que os homens são maioria em ocupar os empregos informais, na Bolívia as mulheres estão mais presentes que os homens nessas formas de trabalho. Enquanto 82,1% dos homens estão ocupando empregos informais, as mulheres

uma mulher influencia nisso também. Os postos de trabalho que as mulheres geralmente ocupam oferecem uma remuneração mais baixa, exigem uma maior flexibilidade, são instáveis e tais características também qualificam como trabalho precário e desigual. Os assédios, provenientes da discriminação pelo gênero, são fatores que também acabam desincentivando as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho. É possível perceber que as questões familiares são fatores significativos na escolha da entrada ou não de uma mulher no mercado de trabalho (WORLD BANK, 2011)

⁴ O capitalismo funciona de forma desigual, os movimentos de capitais e de mão-de-obra não estão divididos igualmente no mundo, o curso da evolução histórica dos países não é homogêneo, assim há uma divisão internacional do trabalho que demonstra essa heterogeneidade e que determina qual país deve produzir o quê, e assim, conseqüentemente, como será composta a sua mão-de-obra (POCCHMANN, 2007). Atividades produtivas que antes eram realizadas nos países desenvolvidos, foram espalhadas pelos países do Sul Global pois objetivam possuir custos de produção mais baixos e evitar regulações, chegando até mesmo em situações de ilegalidade (KUDVA e BENERÍA, 2005). Para compreender melhor sobre as fases da divisão, ver capítulos iniciais de Pochmann (2007).

expressam 84,2%, desassistidas e em situações mais vulneráveis e precárias (OIT, 2018). Essa diferença se encontra principalmente nos empregos informais realizados em domicílios⁵. Apenas 0,1% dos homens em empregos informais trabalham em domicílios; já as mulheres, 4,2% das que estão no setor informal trabalham nesse local, ou seja, sua grande maioria trabalha fora do seu próprio domicílio. O trabalho doméstico realizado fora de suas casas é precarizado, mal remunerado e pode até mesmo ser não pago. É nesta forma de dividir o trabalho levando em consideração o gênero de quem realiza que se encontra um dos motivos da desigualdade salarial e de condições desiguais de trabalho entre homens e mulheres. Essa lógica de destinar o trabalho de menor prestígio às mulheres, aos migrantes, aos negros e aos jovens é a mesma que faz com que as grandes corporações fujam para os países de Terceiro Mundo a fim de explorar sua mão de obra abundante e barata e usufruir dessa dependência produtiva na qual os países do Sul Global estão submetidos (FEDERICI, 2021).

Desse modo, parte-se do pressuposto de que a Bolívia se encontra numa posição de país dependente em relação ao centro do mundo, situação que influencia diretamente no mercado de trabalho. Além disso, tem-se o fato de que as mulheres no mundo, em especial neste país, ocupam cargos com remuneração mais baixa e com instabilidade nos contratos, sofrem assédio e desrespeito no ambiente de trabalho, têm remuneração mais baixa que os homens, trabalham menos horas, pois conciliam seus empregos com o trabalho doméstico e de cuidados, e estão, em sua maioria, submetidas a empregos precarizados (HIRATA, 2009). Assim, entende-se que o trabalho informal é o que mais traz características da precarização do trabalho e que, em sua maioria, é exercido por mulheres. Partindo da afirmação acima, esta pesquisa traz a seguinte pergunta norteadora: como se caracteriza a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia?

A partir desse questionamento, afirma-se que esta pesquisa objetiva analisar como se caracteriza a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia entre os anos de 2000 e 2021.

⁵ Neste estudo, a OIT define que o emprego informal pode estar localizado em três esferas: no setor formal, no setor informal e nos domicílios. Dessa forma, neste estudo, além de os dados estarem segregados por sexo e por idade, estão disponíveis também nessas três esferas. Para compreender melhor a metodologia utilizada, ver OIT (2018).

O primeiro objetivo específico é trazer as discussões já existentes sobre a divisão sexual do trabalho, bem como a participação massiva das mulheres na economia informal. Escritoras como Helena Hirata, Silvia Federici, Heleieth Saffioti, Thiti Bhattacharya e Cinzia Arruzza desenvolveram de forma ampla considerações em torno do conceito de Divisão Sexual do Trabalho e da Teoria da Reprodução Social, e trazem discussões relevantes em seus textos. Em seguida, pretende-se contextualizar historicamente as discussões acerca do fenômeno da informalidade, como seu conceito foi sendo desenvolvido com o tempo e os avanços teóricos mais atuais. Objetiva-se aqui neste tópico trazer a evolução histórica dos conceitos de informalidade do trabalho, bem como o desenvolvimento e as mudanças nas formas sugeridas para sua mensuração. As discussões acerca da informalidade do trabalho estão presentes até nos dias de hoje, pois as formas de trabalho vêm se modificando cada vez mais nos tempos atuais.

O segundo objetivo específico é apresentar a história do país e caracterizar a economia da Bolívia, bem como apresentar como se organiza o mundo do trabalho neste país entre os anos 2000 e 2021. A escolha deste período deu-se por conta da disponibilidade de dados.

O terceiro objetivo específico é descrever e caracterizar a participação das mulheres na economia e no mercado de trabalho informal da Bolívia no período de 2000 a 2021, considerando a realidade de participação precária das mulheres no mercado de trabalho informal. Portanto, faz-se necessário perceber e analisar como as mulheres se diferenciam em relação aos homens em sua participação no mercado de trabalho informal.

Por fim, à guisa de conclusão, objetiva-se trazer considerações finais acerca da problemática e como essas mulheres que vivem na Bolívia têm sobrevivido em meio à informalidade e sua conseqüente precariedade.

Sobre o desenho metodológico

Compreendendo desenho metodológico como o plano para conduzir a pesquisa e sua apresentação na forma de uma dissertação, serão apresentados aqui a metodologia, as técnicas e as ferramentas utilizadas para a execução desta pesquisa (O'LEARY, 2004). Tendo em vista que o questionamento que pretendemos responder com esta pesquisa é: Como se caracteriza a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia no período compreendido entre 2000 e 2021; e que com essa pergunta pretendemos compreender melhor a extensão dessa problemática, a metodologia escolhida é estudo de caso com um caso unitário, isto é, N=1. Segundo Ruffa (2019), há três estratégias para se conduzir o estudo de caso. A primeira é o *process tracing*, a segunda é a comparação estruturada e focada e a terceira é a *congruence theory*. A *process tracing* pode ser usada tanto para propósitos descritivos quanto explanatórios e ela consiste em uma análise sistemática feita com base nos questionamentos e hipóteses acerca de evidências diagnósticas. A segunda estratégia exige que haja mais de um caso, pois trata-se de comparação. A comparação é estruturada porque os questionamentos feitos aos casos são os mesmos e é focada porque são feitas apenas questões que são relevantes para compreender a plausibilidade da teoria. A terceira estratégia, a *congruence theory*, é uma forma pragmática de abordar um terreno complexo de trabalho de campo. A estratégia escolhida para essa pesquisa é a *process tracing*.

Em relação à técnica a ser utilizada será a coleta de dados secundários disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Cepal que são retirados das pesquisas domiciliares realizadas pelo *Instituto Nacional de Estadística* (INE)⁶ da Bolívia. No Quadro 1 estão explicados, resumidamente, os conceitos dos termos utilizados pelo INE. Fez-se necessário trazê-los pois esses termos serão utilizados com frequência no capítulo 4 desta pesquisa.

Para entendermos melhor como se organiza o mercado de trabalho boliviano, dados do *Instituto Nacional de Estadística* e da Cepal serão utilizados e para uma melhor compreensão da realidade, faz-se necessário trazer alguns conceitos que são apresentados no Quadro 1.

⁶ O *Instituto Nacional de Estadística* é um órgão descentralizado com autonomia administrativa e de gestão e ele é responsável pela direção, planificação, execução, controle e coordenação das atividades estatísticas do *Sistema Nacional de Información Estadística* (SNIE).

Quadro 1 – Bases estatísticas e conceitos

Bases estatísticas	Conceitos
<i>Población en Edad de No Trabajar (PENT)</i>	É a população com idade inferior a 10 anos de idade.
<i>Población en Edad de Trabajar (PET)</i>	São os habitantes com mais de 10 anos de idade com capacidades físicas e intelectuais de exercer uma atividade econômica.
<i>Ocupados (PO)</i>	População que está empregada.
<i>Desocupados (PD)</i>	A população desocupada é aquela que, no período de referência dado, cumpre, simultaneamente com os seguintes requisitos: i) não ter trabalho; ii) estar disponível para trabalhar; iii) estar tomando medidas concretas para conseguir um trabalho.
<i>Desocupados Cesantes (C)</i>	Pessoa desempregada que possui experiência de trabalho, ou seja, já trabalhou e perdeu o emprego por diversas causas de mobilidade ocupacional.
<i>Desocupados Aspirantes (A)</i>	Desempregado que procura emprego pela primeira vez, ou seja, sem experiência profissional.
<i>Población Económicamente Inactiva (PEI)</i>	Pessoas que não trabalham e nem buscam trabalho. Esse grupo é composto principalmente por estudantes acima de 10 anos de idade, donas de casa, aposentados, pensionistas ou rentistas.

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estadística

Ciente das longas discussões acerca da temática da informalidade e tendo em vista o fato de que a informalidade é bastante heterogênea e diversa, para alcançar uma melhor aproximação do conceito, decidiu-se considerar a base de dados da Cepal que trata o “trabalho informal” de forma mais específica como resultado de determinadas ocupações que estão disponíveis na economia formal e informal. As categorias disponíveis da base de dados são: Empregadores e empregados de microempresas; assalariados de pequenas empresas, sejam eles profissionais/técnicos ou não; empregados domésticos; Trabalhadores independentes e sem qualificação na área de indústria, construção, comércio, serviços, agricultura e pecuária. Escolheu-se essas categorias organizadas pela Cepal como formas de compreender mais detalhadamente como se organizam os trabalhos informais na Bolívia pois eles refletem a realidade de desigualdade e alta participação das mulheres nesses trabalhos.

Sobre a organização da dissertação

O primeiro capítulo será dedicado à exposição das bases teóricas utilizadas como embasamento para as análises desenvolvidas nesta pesquisa. Uma vez que o objeto principal de análise está delimitado sobre as mulheres, faz-se necessário abordar algumas análises acerca da divisão sexual do trabalho e o trabalho de reprodução social, pois tem-se como premissa que há diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Considerando que o foco da pesquisa é trabalho informal, neste capítulo também há um detalhamento acerca da evolução dos estudos de informalidade no âmbito da OIT e também na América Latina a partir das interpretações do PREALC (Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe). O segundo capítulo será dedicado à apresentação histórica e contextualização econômica da Bolívia, com o foco nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho neste país, bem como na participação das mulheres. No terceiro capítulo será feita uma análise descritiva da participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia, uma vez que não houve participação direta da pesquisadora neste ambiente, dados disponíveis na base da Cepal, da OIT e das

pesquisas realizadas pelo INE, relatórios e estudos realizados por órgãos como WIEGO (*Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*) e REMTE (*Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía*) também serviram como base de pesquisa. Por fim, são feitas algumas considerações finais acerca da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sobre a divisão sexual do trabalho

Ao tratar de participação das mulheres no mercado de trabalho faz-se necessário abordar vários problemas e questões que fazem parte desta temática, como desigualdade nos rendimentos, participação majoritária em setores mais precarizados e mal pagos, trabalho doméstico e de cuidados e tantas outras questões pertinentes aos estudos das mulheres no mundo do trabalho. Serão tratados três aspectos neste tópico: a divisão sexual do trabalho profissional, a precarização social e do trabalho e o trabalho doméstico e de cuidados (HIRATA, 2015). Quando o conceito de Divisão Sexual do Trabalho foi construído, nos anos 1960, o cerne da questão se encontrava na dualidade entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e a designação desses trabalhos a partir do gênero das pessoas. A estrutura dessa divisão separa o “trabalho de homem” do “trabalho de mulher” e segundo Kergoat (2000) e Hirata e Kergoat (2020),

“Todas as sociedades conhecidas operam segundo essa separação. Separação, mas também, e sobretudo hierarquização: um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher, tanto no plano simbólico quanto no plano econômico.” (HIRATA e KERGOAT, 2020, p.23).

Tendo como cerne da pesquisa das autoras, as dicotomias presentes no capitalismo como privado/público, trabalho manual/trabalho intelectual, capital/trabalho, Norte Global/Sul Global e divisão internacional do trabalho, a divisão e hierarquização do trabalho a partir do gênero de quem realiza é o foco inicial da Divisão Sexual do Trabalho. Um fator importante a se analisar juntamente com a

Divisão Sexual do Trabalho é a esfera da reprodução como essencial para a produção, ou seja, trazer para o centro as questões acerca do ocultamento e invisibilização do trabalho doméstico e de cuidados realizados majoritariamente por mulheres.

2.1.1 Divisão Sexual do trabalho profissional

A sociedade se organiza de forma que homens e mulheres não são apenas dois grupos que se diferenciam biologicamente, diferentes papéis e funções são atribuídos a eles. Esses grupos se relacionam socialmente e quando a divisão social que há no mundo do trabalho tem como base o gênero, tem-se que essa é a divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho analisa o mundo do trabalho a partir de dois princípios organizadores: o princípio de separação e o princípio de hierarquização. O princípio de separação é aquele que determina o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, conseqüentemente, o princípio de hierarquização determina que o trabalho de homem vale mais do que o trabalho de mulher (KERGOAT, 2003). A força de trabalho das mulheres é considerada sempre como complementar, pois, sua prioridade seria cuidar da casa e da família, assim, tem-se que ela aceitaria qualquer valor como salário (ALVES, 2011). Apesar de essa concepção de homem como único provedor da família estar desaparecendo cada vez mais, a imagem da mulher no mundo do trabalho ainda é secundária, e em muitas famílias sua entrada no mercado de trabalho se dá na existência da impossibilidade de algum homem continuar trabalhando (ALVES, 2011). A perpetuação dessa reprodução histórica se dá por conta desta ideia de separação das esferas públicas e privadas a partir do capitalismo, isto é o privado pertencente às mulheres e o público pertencente aos homens.

A divisão social do trabalho existe desde a antiguidade e segundo Engels (2008) a primeira divisão do trabalho ocorreu no momento em que se dividiu os trabalhos com relação à criação dos filhos; ela é caracterizada pelo trabalho em conjunto com divisões que são inerentes à faixa etária, ao sexo, etc., e é totalmente diferente da divisão do trabalho na indústria capitalista. Braverman (1987), afirma que,

essa forma de divisão do trabalho, característica de todas as sociedades é, se acompanharmos a terminologia de Marx, a *divisão social do trabalho*. Deriva-se do caráter específico do trabalho

humano: “Um animal faz coisas de acordo com o padrão e necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie”. (BRAVERMAN, 1987, p. 71).

“Enquanto o homem assumia a primazia na esfera pública, a presença de mulher limitava-se ao âmbito doméstico, no qual exercia seu poder” (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 10), desta forma, é possível afirmar que a situação atual das mulheres é resultado também de um longo período de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados. As mulheres, em sua maioria, além de trabalhadoras são também donas de casa e mães, e este fato faz com que muitas vezes elas não possam trabalhar integralmente e/ou não consigam dedicar tantas horas a trabalhos mais especializados.⁷

Nas economias pré-capitalistas, as mulheres pertencentes às camadas sociais de trabalhadores exerciam trabalhos “nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizavam outras tarefas domésticas” (SAFFIOTI, 2013, p. 62), ou seja, as mulheres ocupavam uma posição bastante ativa e desempenhavam um papel fundamental na economia e na produção.

A divisão social do trabalho está presente em todas as sociedades, enquanto que a divisão manufatureira ou divisão técnica do trabalho é produto do capitalismo. Diferentemente da divisão social do trabalho, a divisão manufatureira do trabalho “[...] é o parcelamento dos processos implicados na feitura do produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores” (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocorre de forma bastante lenta e é marcado pela “libertação” do trabalhador, pois ele deixa o campo, deixa o seu feudo e passa a ser “livre”. Entretanto, sua liberdade é limitada pois se vê obrigado a vender sua força de trabalho para conseguir sobreviver. Desta forma, “a apropriação dos meios e o controle do trabalho passa ao burguês capitalista” (OLIVEIRA, 1991, p. 77). Assim, a força de trabalho se torna mercadoria, pois, o

⁷ Apesar disso, quando observamos os dados de escolarização das mulheres na Bolívia, percebe-se que estas estudam mais que os homens e este número tem crescido com o tempo. Segundo Urquidi et al. (2020), em 2002, 8.300 mulheres concluíram a universidade enquanto que o número de homens foi 7.800. Em 2016 o número de mulheres que concluíram o ensino universitário foi de 17.100 e o de homens foi 13.400.

trabalhador tem como única saída vendê-la. Além da exploração do homem pelo homem, há, neste sistema, a exploração de gênero. Alves (2011) traz que

“Aos homens livres, era reservada a vida pública, a responsabilidade pelas decisões sobre a vida da cidade. As relações de gênero eram definidas na perspectiva masculina. A vida das mulheres era organizada na família e segundo uma estrutura matrimonial que assegurava a sua invisibilidade e o seu lugar no exercício das tarefas domésticas (sobrevivência da espécie) (ALVES, 2011, p. 176).

Tendo em vista o fato de que a mão de obra é uma mercadoria e toda mercadoria é produzida e reproduzida por alguém, as teóricas feministas-marxistas consideram que o trabalho doméstico e de cuidados é considerado um trabalho como qualquer outro, pois ele produz a mercadoria mão-de-obra. Mesmo na condição de trabalho não mercantilizado, o trabalho doméstico e de cuidados pode contribuir para produzir valor e mais valia.

Para Marx, “a acumulação primitiva consiste essencialmente na expropriação da terra do campesinato europeu e na formação do trabalhador independente “livre”” (FEDERICI, 2017, p. 118). Entretanto, Federici (2017) acrescenta que a acumulação primitiva não foi apenas um processo de reestruturação social a partir da ideia de uma concentração prévia de capital e trabalho, ela ocorreu tanto por meio da exploração e escravização dos povos originários da América e da África quanto pelas diferenças dentro da classe trabalhadora hierarquizando o trabalho de acordo com o gênero, a etnia e a idade.

Com o advento da Primeira Revolução Industrial, os modos de produção se modificaram e os trabalhadores se adequaram a um novo tipo de trabalho e um novo processo produtivo. Estas transformações ocorreram inicialmente na Inglaterra. Em outros países da Europa essa revolução ainda demorou um pouco mais para se instaurar. A Revolução Industrial ocorreu em duas fases, a primeira no fim do século XVIII e início do século XIX e a segunda fase ocorreu na segunda metade do século XIX. A primeira fase é marcada pela substituição das forças e fontes de energia e as inovações ocorridas foram rejeitadas fortemente pelos trabalhadores da época que, por algum tempo, continuaram usando métodos tradicionais de produção. Já na segunda fase da Revolução Industrial, outros países como Bélgica, Alemanha e França seguiram o ritmo da Inglaterra e iniciaram o processo de industrialização. O desenvolvimento de novas fontes de energia e dos transportes foi o ponto chave deste

período (OLIVEIRA, 1991). Apesar dessas transformações, ainda existiam as antigas formas de trabalho, que são consideradas não especializadas, realizadas tanto por homens quanto por mulheres. No século XX, com a manutenção da produção camponesa, as mulheres realizam trabalhos como criação do gado e da produção leiteira, produção de alimentação, produção têxtil e de pequenos comércios, entretanto, estavam sempre próximas ao lar, pois tinham que conciliar essas atividades com o trabalho doméstico e a criação dos filhos (ALVES, 2011).

A descoberta e utilização de formas “não artesanais” da produção de bens aceleraram o setor produtivo. As mercadorias eram produzidas cada vez em maior quantidade e em menor tempo. Para tanto, utilizaram-se das descobertas tecnológicas e da divisão técnica do trabalho. No entanto, a Revolução Industrial

[...] não consistiu apenas no emprego da máquina na produção, substituindo o trabalho manual. O expressivo crescimento da produção eliminou logo as formas anteriores de apropriação do trabalho, baseadas no controle do Estado e das corporações. (OLIVEIRA, 1991, p. 77)

Uma vez que se exigia produzir mais e mais produtos, necessitava-se também de mais mão de obra, ou seja, mulheres e crianças passaram a ser necessárias e fazer parte da produção fabril, com suas extensas horas de trabalho e situações extremas de precariedade (FEDERICI, 2021). Marx e Engels conseguiram descrever de forma satisfatória o quão brutal era a exploração do trabalho de mulheres e crianças nas indústrias nesse período. Entretanto, no momento em que o capitalismo percebeu que seria mais interessante para o capital manter as mulheres em casa realizando atividades de reprodução, aos poucos, com a instituição do “salário familiar” sua presença nas fábricas foi diminuindo (FEDERICI, 2021). Apesar disso, as mulheres não aceitavam essa ideia:

“Trabalhando nas fábricas o dia todo, recebendo os próprios salários, acostumadas a ser independentes e a transitar em espaços públicos com outras mulheres e homens durante a maior parte do dia, as mulheres da classe trabalhadora inglesa, sobretudo as “moças” das fábricas, “não tinham interesse em produzir a próxima geração de trabalhadoras e trabalhadores”; elas se recusavam a assumir um papel no trabalho doméstico e ameaçavam a moralidade burguesa com seus modos escandalosos e hábitos masculinos, como fumar e beber.” (FEDERICI, 2021, p.159)

O sistema capitalista criou novas oportunidades de trabalho para as mulheres, principalmente nas fábricas têxteis, mas também as relegou a trabalhos mal

remunerados e sem proteção trabalhista. Além disso, a responsabilidade das mulheres pelo trabalho de reprodução social não remunerado, como cuidar da casa e dos filhos, permaneceu inalterada. Esse trabalho invisível e desvalorizado manteve as mulheres em posição de subordinação econômica e social (FEDERICI, 2021). Nesse contexto, Zetkin (2011)[1925] e Kollontai (2019)[1919] defenderam que a luta das mulheres por seus direitos deveria estar intrinsecamente ligada à luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista. Elas acreditavam que a libertação das mulheres seria alcançada somente com a superação do sistema capitalista, que perpetua a opressão de gênero e de classe. Kollontai (2019)[1919] destacou ainda a importância do socialismo como um sistema que permitiria a divisão igualitária do trabalho de reprodução social, aliviando as mulheres desse fardo desproporcional.

Dentre as diversas transformações no período entre guerras, uma grande mudança na indústria foi a constituição de um bloco de países semiperiféricos. Essas nações foram parcialmente industrializadas gerando, conseqüentemente, um esvaziamento de antigas potências coloniais como Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e Portugal. Segundo Pochmann (2007) a periferização da indústria ocorreu sob a liderança do Estado e rapidamente os países passaram da fase agrária-exportadora para a de desenvolvimento industrial. Essa fase é chamada de Segunda Divisão Internacional do Trabalho, entretanto, faz-se importante mencionar que a Bolívia não fazia parte desse grupo de nações, ela permaneceu como periferia, exportando basicamente produtos primários.

O capitalismo se transformou de diversas formas, a partir da década de 1970 o processo produtivo adquiriu uma intensa reestruturação, que foi marcada pela substituição do padrão taylorista/fordista pela chamada “acumulação flexível” que consiste na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p.140 apud NOGUEIRA, 2003, p.249).

A competitividade internacional e os novos padrões organizacionais tecnológicos contribuíram para a necessidade do aumento da produtividade, e para tanto, necessitava-se reduzir os custos, o que significou uma redução na força de trabalho, aumento na jornada de trabalho dos empregados, aplicação de métodos que controlavam o trabalho destes, de forma a otimizarem seu tempo da melhor forma possível. “Do ponto de vista do capital financeiro, essas formas de contratação

permitem às empresas ganhos enormes de lucratividade [...]” (ANTUNES, 2009, p. 21).

Estas transformações que ocorreram no sistema capitalista ao longo do tempo sempre contaram com a presença das mulheres, quase em sua totalidade, realizando tarefas domésticas e de cuidados de forma gratuita nos lares.⁸ E uma grande parcela delas dividindo seu tempo entre essas tarefas, o trabalho remunerado, os estudos e, quando sobra tempo, o lazer. Como a responsabilidade do trabalho reprodutivo ainda recai sobre elas, quando procuram emprego, elas têm sempre esse pensamento em mente, de que precisam conciliar as várias atividades, ou seja, elas precisam encontrar um emprego no qual consigam sair a tempo para buscar o filho na escola, por exemplo. Desta forma, as mulheres acabam ocupando cargos que lhes permitam essa flexibilidade, o que configura uma característica presente nos trabalhos por conta própria e nos trabalhos por produtividade.

2.1.2 Precarização social e do trabalho

Inicialmente faz-se necessário contextualizar temporalmente o termo precarização do trabalho na América Latina. A partir da década do 1980 o continente já começa a sentir os efeitos do receituário neoliberal nascido no Consenso de Washington⁹. A América Latina foi forçada a se adequar a esta nova divisão internacional do trabalho e à ampliação do capital financeiro, trazendo consequências profundas para o mundo do trabalho dos países do continente. A reestruturação produtiva teve como base a redução do parque industrial combinado com privatizações de empresas de setores básicos e estratégicos como energia, telecomunicações, setor bancário, entre outros (ANTUNES, 2011).

⁸ Faz-se necessário lembrar aqui que essa presença das mulheres no lar nem sempre foi assim. No período da Revolução Industrial, quando ela era necessária ao capitalismo, ela estava realizando extensas horas de jornada de trabalho nas fábricas (FEDERICI, 2021).

⁹ O encontro foi sediado em 1989, e seu objetivo era apresentar soluções para a superação das crises de endividamento dos países da América Latina. A partir desse encontro, um conjunto de diretrizes surgiu que foi chamado de Consenso de Washington. Mais tarde, essas diretrizes foram transformadas em medidas condicionais para emprestar dinheiro e fornecer ajuda pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial aos países. Assim, se os países latino americanos precisassem de ajuda, teriam que se submeter ao que foi consensuado em Washington. Alguns exemplos dessas diretrizes são: abertura comercial, encolhimento da máquina governamental (privatizações), flexibilização das leis trabalhistas e redução do controle econômico pelo Estado. E a partir disso os chefes de Estado foram implementando políticas para cortar o gasto público (Morais; Silva; Silva, 2020).

“Praticamente todos os países latino-americanos dotados de áreas industrializadas implementaram em suas empresas os processos de *downsizing*, por meio de uma enorme redução do número de trabalhadores e do aumento das formas de exploração da força de trabalho, o que significa que o processo tecnológico e informacional também passou por sérias mutações” (ANTUNES, 2011, p.39)

Essa intensa exploração do trabalho humano foi possível através de novos processos produtivos vindos do Japão, o chamado “Toyotismo” combinados com reduções salariais sob a justificativa de falta de mão de obra qualificada para gerenciar os equipamentos microeletrônicos vindos dos países centrais (ANTUNES, 2011). Como consequência das mudanças estruturais no capitalismo, a implementação das novas formas de se produzir nas fábricas, bem como uma ampliação do proletariado de serviços e do trabalho a domicílio, da teleinformática e do trabalho por aplicativos gera uma nova classe trabalhadora que é heterogênea e polissêmica, sinalizando o perfil da força de trabalho no século XXI, mas que possui a precarização em sua essência.

“O neoliberalismo apresenta a justificativa desse modelo exportador com a primazia agromineradora, extrativismo, a indústria montadora e serviços transnacionais. Todos os governos da região compartilham esse padrão de reprodução primário exportador” (KATZ, 2016, p.88)

Junto com o processo de privatização, desregulamentação e facilitação ao fluxo livre de capitais financeiros, veio a terceirização, a precarização, o trabalho temporário, o trabalho parcial, o desemprego estrutural e, conseqüentemente, a situação de miserabilidade de massa crescente de trabalhadores (ANTUNES, 2011).

A literatura, bem como os dados e a realidade nos mostram que existe uma diferenciação entre homens e mulheres também no que se diz respeito à ocupação de empregos precários. Sobre a participação das mulheres em trabalho precário na Bolívia, de acordo com Zamora (2015) “se observa una predominante presencia de mujeres sobre todo en el comercio informal (65% frente a 35% de varones) y, a la vez,

una incursión interesante de mujeres en manufactura y construcción”. Há também diversos estudos que mostram que elas são a maioria no setor informal e possuem condições precárias de trabalho. Postos de trabalho relacionados ao ambiente doméstico e de cuidados são majoritariamente ocupados por mulheres, e estes cargos possuem um menor prestígio social, remunerações mais baixas e são altamente instáveis (HIRATA, 2009).

Segundo a Cepal (2022), do total de mulheres economicamente ativas ocupadas, 53,7% delas estavam em empregos informais na América Latina no ano de 2021. Em contrapartida, 49,6% dos homens se encontravam na informalidade. Na Bolívia, segundo os dados da Cepal (2022), 70,5% das mulheres ocupadas se encontram na informalidade, ou seja, menos de 30% das mulheres ocupadas estão amparadas pelo Estado no cumprimento das leis trabalhistas.

A Constituição Política de Estado na Bolívia foi apresentada ao Congresso Nacional em 2007 e aprovada em 2009, nela contém diversos Artigos que tratam dos direitos e deveres dos cidadãos em relação ao trabalho. Logo de início ela traz que

“todas as pessoas tem direito a um trabalho digno com remuneração ou salário justo, equitativo e satisfatório, que assegure a eles e seus familiares uma existência digna, sem discriminação e com segurança do trabalho, higiene e saúde ocupacional” (BOLÍVIA, 2020, p.7).

Faz-se importante compreender a legislação trabalhista desse país e quais são as políticas públicas de amparo aos trabalhadores formalizados para que se compreenda e se tenha dimensão do que os trabalhadores informais estão sujeitos a perder quando acabam se inserindo (seja porque é a única opção ou até mesmo por outro motivo) na informalidade.

No artigo 48, parágrafo 5 da Constituição, o governo se compromete em promover a participação das mulheres no mercado de trabalho e garantir que estas tenham salários iguais aos dos homens em trabalhos de igual valor, tanto em âmbito público como em âmbito privado. Além disso, afirma que as mulheres não poderão ser discriminadas e/ou demitidas por serem mães ou estarem grávidas. E, ao estarem grávidas, é garantida estabilidade no emprego até que o filho complete 1 ano de idade, o que dificilmente ocorre na informalidade, pois seus vínculos são muito mais frágeis. Para além da garantia de estabilidade no emprego às mães, pais, cuidadores de crianças e/ou doentes, liberados para trabalhar nos sindicatos e pessoas com deficiência, há também subsídios no pré-natal, na natalidade e lactância. E em casos

de óbitos, são gerenciados pelo Regime de Abonos Familiares.¹⁰ Estas leis que protegem as trabalhadoras que também exercem o trabalho de cuidados em seus lares, foram aprovadas no governo do MAS (Movimento ao Socialismo).

Fazer parte do mercado de trabalho formal assegura aos trabalhadores diversos direitos, e numa relação entre empregado(a) e empregador(a), dada a realidade de alto desemprego e crise econômica, quem tem maior poder de barganha é o(a) empregador(a). Desta forma, a inexistência de leis que regule esse “relacionamento” desigual entre estes dois agentes, os trabalhadores estariam sempre em desvantagem. Assim, já dá para se ter uma ideia de como são as condições dos trabalhadores que possuem contratos de trabalho que não são submetidos às leis vigentes.

Em 2009, o então presidente Evo Morales criou o *Programa Bono Juana Azurduy*¹¹ que consiste em um incentivo econômico para mulheres gestantes que estejam fazendo o acompanhamento do pré-natal e não possuam plano de saúde. As mulheres têm direito a receber esse benefício até que seu filho complete dois anos de idade. O objetivo é permitir que tanto a mãe quanto o bebê tenham acesso a alimentos e permaneçam saudáveis, uma vez que o acompanhamento médico é pré-requisito para o recebimento do auxílio (LOS NUESTROS – Juana Azurduy, 2017).

2.1.3 Trabalho doméstico e de cuidados

Objetiva-se neste subtópico abordar os debates e teorias desenvolvidas no que se refere à participação majoritária das mulheres nas atividades de reprodução social que são realizadas no âmbito dos lares. Historicamente, a desvalorização do trabalho feminino se deu juntamente à criminalização do controle das mulheres sobre seus próprios corpos, controle total na decisão de ter ou não ter filhos.

[...] ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e

¹⁰ Para entender mais sobre esses abonos ver Bolívia (2020), disponível em: <https://www.mintrabajo.gob.bo/>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

¹¹ Juana Azurduy foi uma mulher indígena, nascida em Chuquisaca, que viveu entre 1780 e 1862 e lutou ativamente pela independência da América (LOS NUESTROS – Juana Azurduy, 2017).

psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores (FEDERICI, 2017, p.181 e 182).

Essa ação, segundo Federici (2017), forçou as mulheres a saírem do mercado de trabalho (as mulheres estavam muito presentes nas atividades de fabricação de cervejas e realização de partos). Entretanto, as trabalhadoras conseguiam empregos apenas em ocupações consideradas como de baixo status como por exemplo empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes e amas de leite. Já nesse período se dizia que “[...] qualquer trabalho feito por mulheres em sua casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado” (Federici, 2017, p. 182) e “rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor que o trabalho masculino – nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele” (Federici, 2017, p. 184). Faz-se necessário lembrar que apesar de essa realidade se referir à Idade Média, essas características históricas marcam a divisão sexual do trabalho e os traços da sociedade patriarcal são reproduzidos e aproveitados pelo sistema capitalista para explorar o trabalho das mulheres.

Na tentativa de se analisar a origem do poder e controle do homem e do Estado sobre os corpos das mulheres, faz-se necessário abordar também o caráter utilitário e patriarcal da família nuclear. Segundo Hartmann (1981),

“Monogamous heterosexual marriage is one relatively recent and efficient form that seems to allow men to control both these areas. Controlling women’s access to resources and their sexuality, in turn allows men to control women’s labor power, both for the purpose of serving men in many personal and sexual ways and for the purpose of rearing children” (HARTMANN, 1981, p.15).

Isto é, a família monogâmica e heterossexual é uma instituição fundamental para que se mantenha o pensamento patriarcal e se perpetue o capitalismo, e que a força de trabalho gratuita das mulheres nos lares seja mantida como está.

Nos séculos XVI e XVII, ainda no período da indústria artesanal, e também mais tarde, no período da Revolução Industrial na Europa, havia uma intensa oposição dos homens e do movimento sindical em relação ao trabalho das mulheres, pois ao receberem seus salários, individualmente, as mulheres adquiriram controle sobre sua renda. Desta forma, houve uma mobilização geral para que se instituisse o “salário familiar” que consiste em aumentar o salário dos homens a fim de que eles conseguissem sustentar uma esposa que não trabalhasse e se dedicasse inteiramente ao lar (FEDERICI, 2021).

“Longe de evitar o casamento e a formação de uma família, os homens que trabalhavam na indústria artesanal dependiam disso – afinal, uma esposa podia “ajudar-lhes” com o trabalho que eles realizavam para os comerciantes, ao cuidarem de suas necessidades físicas e do provimento dos filhos, que, desde a tenra idade, podiam ser empregados no tear ou em alguma ocupação auxiliar.” (FEDERICI, 2017, p.194)

Federici (2021) e Engels (2010 [1845]) explicam que a mão de obra das mulheres e das crianças eram utilizadas exaustivamente nas fábricas no período da Revolução Industrial. Engels (2010 [1845]) mostra com tamanha riqueza de detalhes a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, e é possível perceber que as mulheres não conseguiam sequer amamentar seus filhos recém nascidos ou até mesmo cuidar e educar os filhos maiores. As crianças cuidavam umas das outras ou eram deixadas aos cuidados de mulheres mais velhas que moravam por perto. Desta forma, essa ideia de trabalho doméstico destinado às mulheres, da forma que conhecemos, é uma ideia recente (fim do século XIX e início do século XX). A reforma social provocada pela necessidade de mão de obra mais produtiva e saudável e a luta por aumento de salários fez com que a ideia do “salário familiar” se tornasse uma realidade.

[...] na época da Primeira Guerra Mundial, a ideia de um “salário familiar” ou “salário de subsistência” tinha se tornado “um poderoso dispositivo do movimento operário e o objetivo principal da negociação sindical, endossado por partidos da classe trabalhadora em todo o mundo capitalista desenvolvido” (FEDERICI, 2021, p.158)

A ideia é que com esse salário maior, a mulher não precisasse mais trabalhar para ajudar no sustento, para que, assim, ela permanecesse em casa, cuidando dos filhos (que serão futuros trabalhadores) e da casa, proporcionando um maior bem-estar daquele que provém o sustento e de toda a família.

No século XIX a compreensão em torno da noção de “família moderna” se espalhou pela Europa e o seu objetivo central era a execução do trabalho reprodutivo feito pelas mulheres. E isso foi possível por conta dessa troca e uma falsa vitória da luta dos trabalhadores homens por maiores salários. Era mais vantajoso para os capitalistas aumentar o salário e a carga horária do trabalhador pois agora ele teria casa limpa e roupa lavada por sua esposa, de forma gratuita (FEDERICI, 2017).

E as mulheres que decidissem, ainda assim, trabalhar junto ou não a seus maridos, eram estes que recebiam seus salários. Na Inglaterra, “um homem casado [...] tinha direitos legais sobre os rendimentos de sua esposa, inclusive quando o trabalho que ela realizava era a amamentação.” (FEDERICI, 2017, p.194). Esta situação mostra a relação de sujeição e dependência que as mulheres tinham com os homens e o poder do Estado sobre suas vidas.

Para além de Silvia Federici, outras autoras já discutiam, nos anos 1960 e 1970, sobre a questão do trabalho de reprodução social, e como as obras de Marx contribuíram (ou não) para o desenvolvimento de teorias acerca do trabalho realizado pelas mulheres.¹² Muitas autoras marxistas criticavam o fato de Marx e Engels não levarem em consideração o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. Como não se tratava de trabalho produtivo, não poderiam considerar o trabalho reprodutivo como

¹² Algumas teóricas marxistas que estavam discutindo sobre o trabalho reprodutivo neste período foram Juliet Mitchell (1966), Margaret Benston (1969), Peggy Morton (1970) e Mariarosa Dalla Costa (1972). Esta última acreditava que o trabalho doméstico produzia valor de troca, pois ele era um trabalho produtivo que gerava valor para o capital. Dalla Costa defendia que o trabalho doméstico produz uma mercadoria e essa mercadoria é força de trabalho, ou seja, o trabalho doméstico possibilita aos demais moradores da casa (maridos, irmãos etc) irem trabalhar fora de casa. Desta forma, ela defendia que este trabalho também deveria ser um trabalho assalariado, uma vez que ele produzia valor de troca.

sendo uma mercadoria geradora de valor de troca. Os marxistas ortodoxos foram criticados por considerarem a luta contra o patriarcado menos importante que a luta de classes. Hartmann é uma das que criticam esse posicionamento dos marxistas ortodoxos e defende que se utilize a metodologia marxista para explicar questões feministas relacionadas ao mundo do trabalho (HARTMANN, 1981). O objetivo dela era desenvolver ainda mais o pensamento acerca da opressão das mulheres, ir além da descrição do problema. Elas tentavam encontrar a raiz dessa opressão. Desta forma, o trabalho doméstico aparecia em pauta como uma das principais das discussões, pois acreditava-se que esse trabalho era uma das bases fundamentais para se compreender a opressão sofrida pelas mulheres no capitalismo.

Nos anos 1980, no Norte Global, a teórica Lise Vogel (1983) contribuiu para o pensamento marxista sobre o trabalho de reprodução social criando a teoria unitária, na qual defende que todas as lutas (anti-LGBTfóbica e anti-patriarcal) só fazem sentido se o que as une for a luta contra o capitalismo. Para além de acadêmica, ela foi uma ativista bastante presente nos movimentos feministas de esquerda e se indignava ao ver como as mulheres negras eram tratadas, e ver como seus trabalhos eram invisibilizados. A sua teoria se diferenciava do pensamento que as teóricas feministas do *International Wages for Housework Campaign*¹³ em dois pontos principais. Primeiro, Lise Vogel afirma que o trabalho doméstico produz valor de uso, e não valor de troca, pois o trabalho doméstico não é mercantilizado; e, em segundo lugar, ela afirma que o trabalho doméstico corresponde a um modo de produção próprio pois ele produz produtos e serviços que são consumidos no lar e que satisfazem as necessidades humanas apenas dos membros da família.

A teoria unitária criada por Vogel (1983) nasce da crítica do pensamento dualista, que surgiu a partir da argumentação defendida por Engels em sua obra 'A origem da família, da propriedade privada e do Estado'. Engels traz um caráter duplo à produção e reprodução da vida pois, de um lado, há a produção dos meios de subsistência, que é o trabalho externo e, do outro lado, há a propagação das espécies, que está no âmbito da família, do lar. Ela acredita que essa argumentação dele fortaleceu o pensamento dualista de que a opressão de gênero, que é fruto do patriarcado, é objeto das feministas, e a exploração de classes, é objeto dos

¹³ A Campanha Internacional por Salários para o Trabalho Doméstico surgiu em 1972 e as criadoras foram Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, Brigitte Galtier e Selma James (FEDERICI, 2021)

marxistas. Por isso, ela usa o termo 'teoria unitária', pois o patriarcado e o capitalismo deveriam ser entendidos como um todo (VOGEL, 1983).

Após a publicação de seu livro, muitas críticas surgiram e por muito tempo essa discussão gerou uma crise no campo marxista, apesar de por um tempo a publicação não ter feito nenhum efeito no meio marxista. Segundo Ferguson e McNally (2017), o lançamento desse livro aconteceu num momento inoportuno, era um contexto de expansão das ideias neoliberais na esfera política e econômica e do pensamento pós-moderno na esfera acadêmica. Arruzza (2017) sintetiza as críticas feitas ao pensamento de Lise Vogel, explica porque a teoria unitária foi chamada de funcionalista e biologicamente determinista e, defendendo a teoria unitária, afirma que essas críticas vieram a partir de uma compreensão errônea dos conceitos de produção e reprodução segundo Marx. Para além da teoria unitária criada por Lise Vogel, outras autoras mais contemporâneas também contribuíram para o debate. Ao discutir-se sobre o provisionamento social, percebe-se que as transformações do capitalismo a partir da década de 70 influenciaram na forma em que o Estado provê as necessidades básicas à população.

O desenvolvimento das ideias neoliberais na década de 1980 desempenhou um papel primordial no provisionamento social. As privatizações, as medidas de desvalorização das moedas de países do Sul Global e o consequente aumento dos preços de bens essenciais importados como alimentos, combustíveis e medicamentos, fez com que os países do Sul Global se tornassem ainda mais pauperizados. Uma vez que são as mulheres, as principais responsáveis pelo provisionamento social, ou seja, são as responsáveis por prover o básico de cuidados e alimentos para a casa, os ajustes fiscais e cortes de financiamentos públicos que ocorrem prejudicam principalmente as mulheres. Serão elas que procurarão um segundo ou terceiro emprego; serão elas a buscar uma renda extra e tentarão conciliar com as atividades que já realizam, ou até mesmo terão que aceitar piores condições de trabalho, ou seja, o neoliberalismo põe ainda mais carga no fardo destas mulheres trabalhadoras do Sul Global (BHATTACHARYA, 2019).

A sociedade em que vivemos separa e valora de forma diferenciada o trabalho realizado por homens e o trabalho realizado por mulheres. Empregos que são considerados uma extensão de trabalhos domésticos e de cuidados são

majoritariamente, ocupados por mulheres e em países emergentes esses trabalhos são informais, precarizados, terceirizados, ou seja, são trabalhos instáveis e de pouco prestígio e conseqüentemente são mal remunerados.

2.2 Sobre o conceito de informalidade

Neste subtópico objetiva-se contextualizar as origens dos conceitos de informalidade e alguns debates acerca do tema na literatura, bem como suas premissas epistemológicas. A categoria da informalidade é polissêmica e esse debate é realizado tanto no âmbito da OIT quanto fora dele, como nos debates acadêmicos, nos Estados, entre outros que pensam os efeitos e as relações dentro do mundo do trabalho. Os termos mais frequentemente utilizados para se falar de informalidade são: setor informal, trabalho informal e economia informal. Faz-se necessário definir e diferenciar esses termos e explicar o porquê da escolha do termo trabalho informal como categoria de análise para esta pesquisa.

Chen (2012) resume o amplo debate acerca da informalidade em quatro escolas de pensamento dominante: Escola Dualista, Escola Estruturalista, Escola Legalista e Escola Voluntarista. A Escola Dualista, como o nome diz, separa trabalho formal de trabalho informal e argumenta que são distintas e que uma não possui relação com a outra. Segundo Chen (2012),

“Los dualistas argumentan que los negocios informales están excluidos de las oportunidades económicas modernas debido a desequilibrios entre las tasas de crecimiento de la población y el empleo industrial moderno, y un desfase entre las habilidades de las personas y la estructura de las oportunidades económicas modernas” (CHEN, 2012, p. 4)

O que muda entre as diferentes visões acima citadas é a natureza e a composição da informalidade, e os dualistas acreditam que é devido à incapacidade industrial de fornecer empregos formais e ao crescimento da população que surge a

informalidade. De acordo com Chen (2012), os principais teóricos desta escola são Hart (1973), OIT (1972), Sethuraman (1976) e Tokman (1978).

A Escola Estruturalista, desenvolvida pela autora Moser (1978) e os estudiosos Castells e Portes (1989), argumenta que o fenômeno da informalidade é impulsionado pelo crescimento do capitalismo e pela ânsia na ampliação da margem de lucro por parte dos empresários. Para tanto, a redução dos custos com os trabalhadores se torna uma prioridade. Assim, os estruturalistas acreditam que a informalidade se beneficia da ação dos empregadores que se utilizam das brechas nas leis que permitem vínculos mais frágeis de contratação e contratações mais “baratas”, sem grandes custos com impostos e outros direitos trabalhistas (CHEN, 2012).

A Escola Legalista aborda apenas o lado empresarial, de produtores que ao perceberem a hostilidade das leis são levados à informalidade. Já a Escola Voluntarista, acredita que diante das dificuldades financeiras e do custo benefício de fazer parte ou não do sistema legal, escolhem a informalidade e por isso acreditam que estas empresas sejam penalizadas, pois assim acabam criando um ambiente de desvantagem com outras empresas que pagam impostos devidamente.

Para além destas escolas, há também os estudos que focam na Economia Ilegal, que produz, distribui e comercializa produtos e serviços considerados proibidos ou contra a lei. É possível perceber a tamanha heterogeneidade do mundo da informalidade, sua diversidade de organização e origens, entretanto, é plausível afirmar que há algo em comum entre elas, as pessoas que participam na condição de trabalhadores são desassistidas pelo Estado, isto é, não estão incluídas nos direitos trabalhistas.

Nos anos de 1960 e 1970, na América Latina, já se desenvolviam estudos acerca da temática trabalho e pobreza, paralelamente ou até mesmo anteriores ao surgimento da abordagem da informalidade no âmbito da OIT. Nun (1969), a partir de releituras de Marx, traz os conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva, desenvolve o conceito de massa marginal e mostra que o termo ‘exército industrial de reserva’ não é adequado para a realidade latino-americana, pois é funcional, enquanto que o conceito de ‘massa marginal’ demonstra mais adequadamente a disfuncionalidade em relação ao mercado de trabalho.

Não há um consenso acerca do conceito de informalidade, pois não há um conceito que consiga dar conta de explicar as tão diversas formas em que se desenvolve o trabalho informal. Há empregos com naturezas e dinâmicas muito específicas como exemplo, podemos citar certas ocupações criadas em torno das micro-empresas, os Micro Empreendedores Individuais (MEI), os trabalhadores autônomos, os empregados assalariados que não possuem carteira assinada, os pequenos produtores, os trabalhadores da economia subterrânea ilegal, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores em domicílio, os vendedores ambulantes, os contratados por empresas privadas (terceirizados), o trabalho temporário e tantas outras formas que estão surgindo recentemente. Inúmeras pesquisas já foram realizadas sobre o que se deve compreender como trabalho informal¹⁴ e esse é um campo de estudo que possui uma diversidade de publicações nas mais diversas áreas como Economia, Sociologia, Geografia, Relações Internacionais, Direito entre outras. A OIT vem debatendo esse conceito desde o fim da II Guerra Mundial, pois percebia-se que o mercado de trabalho nos países periféricos se comportava de forma diferente dos países centrais e as taxas de desempregos aumentavam cada vez mais (BENANAV, 2019).

Segundo Benanav (2019), entre os anos 1950 e 1960, a OIT tentou padronizar um conceito de 'subdesemprego' com o objetivo de tentar categorizar pessoas que se encontravam num estado entre totalmente desempregados e totalmente empregados em países emergentes. Entretanto, ao perceberem a inoperabilidade deste termo, no final dos anos 1960, a instituição lançou o Programa Mundial de Emprego, que foi o início de discussões mais aprofundadas acerca do, agora chamado, 'emprego no setor informal'. O então Diretor Geral da OIT, David Morse, acreditava que o Programa Mundial de Emprego ajudaria os países a alcançarem os objetivos propostos, como redução do desemprego e redução da centralização do capital. Os estudiosos do Programa Mundial do Emprego se depararam com diferentes configurações de empregos nos países emergentes. havia diversas formas de trabalho, desde o trabalho por contrato em tempo não determinado, em tempo parcial, sem qualquer

¹⁴ Para ver mais sobre as origens dos estudos sobre informalidade no âmbito da OIT ver Bangasser (2000). Sobre o estudo de Keith Hart acerca das atividades da economia informal em Gana, ver Hart (1973). Cacciamali (1999) apresenta o conceito de Setor Informal como um foco exclusivo no assalariamento ilegal, ou seja, formas de contratação que fogem das leis trabalhistas. Entretanto, faz-se necessário mencionar que não escolhemos o conceito de Setor Informal.

tipo de contrato e o trabalho por conta própria, entre os mais recorrentes. Desta forma, percebeu-se que “era impossível medir o tamanho da força de trabalho, sua produtividade atual ou sua produtividade potencial no emprego total” (Benanav, 2019, p.116). A partir dos esforços dos pesquisadores, o termo ‘setor informal’ apareceu pela primeira vez nas publicações da OIT nos anos iniciais dos estudos do Programa Mundial de Emprego. Entretanto, em 1971, o antropólogo Keith Hart deu uma palestra no Instituto de Estudos de Desenvolvimento (*Institute of Development Studies*) e utilizou o termo ‘atividades da economia informal’ ao falar da economia de Gana, antes mesmo de tal termo ser publicado pela OIT (BENANAV, 2019)

Os estudos acerca da informalidade abordando a participação e formas de inserção da mulher nesse setor são recentes. O grupo especializado em trabalho informal da OIT, conhecido como Grupo Délhi¹⁵, juntamente com a WIEGO¹⁶, trabalharam juntos para conseguir ampliar o conceito de economia informal, acrescentando informações que antes não estavam na definição do chamado “setor informal”. Ao se pensar e construir um conceito de informalidade, faz-se necessário perceber as diferentes formas em que a informalidade se manifesta em economias desenvolvidas e em economias em desenvolvimento, pois nos países do Sul Global a economia informal se faz mais presente que em países do Norte Global. Segundo Chant e Pedwell (2008) os estudos da OIT precisam questionar mais o porquê dos dados e das pesquisas, bem como aplicar uma abordagem interseccional à análise para que se consiga chegar a formulações mais consistentes acerca das questões de gênero, questões raciais e de classe na economia informal.

A décima quinta Conferência Internacional de Estatística do Trabalho (ICLS) definiu, em 1993, que apenas uma categoria deveria ser incluída como informal, que seriam os trabalhadores de empresas informais. Essa abordagem gerou intensas

¹⁵ O Grupo Délhi, é o grupo de especialistas em estatísticas do setor informal. Ele foi formado em 1997 como um grupo da Comissão Estatística das Nações Unidas (UNSD) com o objetivo de tratar sobre questões metodológicas acerca das pesquisas no setor informal de trabalho (Sen&Kolli, 2009).

¹⁶ A rede WIEGO foi fundada em 1997 por pesquisadores e ativistas que se preocupavam com a crescente situação de pobreza dos trabalhadores informais, especialmente as mulheres. WIEGO é um centro de pesquisas, presente em mais de 50 países, focado em investigar e melhorar as estatísticas oficiais sobre o trabalho informal e a participação das mulheres. Seu objetivo é visibilizar a presença das mulheres na economia informal bem como suas formas de organização. A instituição trabalha conjuntamente com organizações de trabalhadoras (principalmente nos centros urbanos) de alguns países de terceiro mundo pois sua análise pretende trazer a realidade concreta e as reivindicações das trabalhadoras em situação de pobreza. WIEGO tem base física em cinco cidades espalhadas no mundo apoiando as organizações de trabalhadores da economia informal, que são: Accra (Gana), Dakar (Senegal), Delhi (Índia), Cidade do México (México) e Lima (Peru) (WIEGO, 2022).

discussões no meio institucional e acadêmico. Com essa definição, os países poderiam decidir quais os tamanhos das empresas que seriam incluídas no chamado Setor Informal, bem como se as atividades da agricultura e trabalhadores domésticos também seriam contabilizadas nesse setor (Carr e Chen, 2002). A partir disso, pesquisadores da WIEGO argumentaram que se fazia necessário incluir outras formas de trabalho no setor informal como, por exemplo, pessoas que trabalham sem salário mínimo, sem garantias, sem benefícios e estejam elas trabalhando em empresas formais ou informais. Era necessário ampliar o conceito de setor informal. Assim, passou-se a utilizar o termo “economia informal”, pois o campo da informalidade vai muito além de empregos não formalizados ou empregos em empresas informais (Carr e Chen, 2002).

Em 1997 a *International Conference of Labor Statisticians* (ICLS) e o governo da Índia convocaram um grupo de pesquisadores especialistas em informalidade e assim foi formado o Grupo Delhi, que é um grupo que “busca aprimorar conceitos, medidas e métodos para coletar dados acerca do tamanho e a contribuição do setor/economia informal” (Carr e Chen, 2002, p.5)

Carr e Chen (2002), em particular, trazem uma outra problemática que é a necessidade de abordar a existência da maior possibilidade que os dados de trabalhos realizados por mulheres na economia informal sejam sub-representados, pois as mulheres estão mais presentes em atividades que não são contadas como a produção para o consumo próprio, trabalho doméstico e de cuidados, e também estão presentes em unidades econômicas de pequena escala e lá seu trabalho é invisibilizado e até mesmo não contabilizado. E em relação à produção para o consumo próprio em atividades da agricultura, muitos países não incluem esse trabalho em suas pesquisas. Além disso, as mulheres estão presentes também nos comércios ambulantes de ruas e esse subsetor também é mal contabilizado (CARR e CHEN, 2002). No caso específico da Bolívia, há mulheres que vivem nas regiões onde há mineração que são chamadas as “donas de casa das minas”, que ajudam seus esposos na mineração de forma gratuita. Elas ajudam tanto na lavagem do ouro como no resgate de minerais. As mulheres que trabalham na mineração, tanto de forma remunerada como não remunerada são as que mais carecem de assistência social, são as mais pobres (LÓPEZ, 2011). Apesar dessa problemática abordada por Carr e Chen (2002), os dados das pesquisas domiciliares realizadas pelo *Instituto Nacional de Estadística* da Bolívia são utilizados como base para as pesquisas e estudos da

OIT e da Cepal. Todavia, acredita-se que estes dados ainda sejam capazes de retratar a realidade do país.

No âmbito do Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC) as discussões da informalidade sob a perspectiva de gênero não estavam tão presentes nos anos de 1970 e 1980. Assim, faz-se necessário abordar as premissas e definições estabelecidas pela PREALC. Inicialmente, esta instituição, que foi a primeira a popularizar as reflexões sobre a informalidade na América Latina, critica a visão dualista, pois acredita-se que o desenvolvimento capitalista e a modernização atingem ambos setores e que os estratos da informalidade não são rígidos de forma a se encaixar em uma ou outra definição. Uma outra observação importante é que o pensamento de Víctor E. Tokman, que foi diretor da PREALC, é bastante influenciado pelos teóricos da Escola Estruturalista desenvolvida no âmbito da CEPAL. O fato de os países da América Latina ocuparem uma posição diferente dos países desenvolvidos na Divisão Internacional do Trabalho é crucial para a compreensão das características do trabalho informal no continente (PREALC, 1978).

São muitos os debates acerca do trabalho informal. Portanto, faz-se necessário esclarecer o que será considerado como referência para compreender o trabalho informal de acordo com o que se tem disponível na base de dados da *Encuesta de Hogares* da Bolívia, organizado pela OIT e Cepal, e que tenta refletir, ao máximo, a realidade da Bolívia.

De acordo com Barrientos (2005), a OIT define trabalho informal como atividades desprotegidas que se desenvolvem nas Microempresas (com 5 funcionários no máximo), Empreendedores Individuais (com exceção dos profissionais especializados), trabalhadores domésticos e trabalhadores formais não remunerados. Apesar dessa classificação parecer ser ampla, ela ainda deixa de fora uma parcela de trabalhadores que não são assistidos pela proteção social da Bolívia, como por exemplo empresas grandes que fazem contratos informais e que não registram os trabalhadores. Existe uma outra forma de se contabilizar e separar o que se conforma como trabalho informal ou não, que é o critério da proteção social. Nesta metodologia, o critério principal seria a proteção social, caso o trabalhador esteja assegurado com os direitos trabalhistas e previdenciários, ele não será considerado como trabalho informal. Entretanto, esta metodologia também exclui uma parte da população, que são os Empreendedores Individuais, que no caso da Bolívia, são

beneficiados com incentivos e facilidades na formalização¹⁷. Entretanto, apesar de formalizados, podem ainda ser trabalhos com baixa remuneração, precarizados, com rendas incertas, ou seja, ainda apresentam características de trabalhos informais (BARRIENTOS, 2005).

A forma em que as estatísticas da Cepal definem o que é trabalho informal parece mais abrangente, pois além de incluir trabalhadores independentes que são desassistidos pela proteção social, também inclui os pequenos empreendedores que, apesar de formalizados, ainda apresentam características de informalidade. Desta forma, as classificações a serem utilizadas nesta pesquisa contemplarão as pessoas ocupadas como: empregadores de microempresas, assalariados de microempresa (profissionalizados e técnicos ou não), emprego doméstico e trabalhadores independentes não qualificados (na indústria, construção, comércio, serviços, agricultura, pecuária e outros) (CEPAL, 2021).

¹⁷ Na Bolívia há uma iniciativa chamada *Bolívia Empreende*, que surgiu em 2013 com o objetivo de promover o empreendedorismo no país. O programa funciona através de 5 eixos: Informação; Capacitação e Treinamento; Ferramentas tecnológicas para empreender; Rede de Contatos (Networking) e Trabalho pela liderança, empreendedorismo, tecnologia, gênero e Inovação. Há diversas iniciativas voltadas para mulheres, tanto na formação como na concessão de crédito. Um exemplo disso é a parceria da *Fundación Emprender Futuro* e da Embaixada dos Estados Unidos na Bolívia com a AWE (Academy for Women Entrepreneurs) que oferece cursos voltados para as mulheres que querem gerir de forma eficiente suas empresas (AWE Bolívia).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DA BOLÍVIA

“Era hora de procurar compreender o que se passa neste continente que nasceu para *servir e trabalhar*, mas que sabe também conjugar *felicidade com rebelião*, *sofrimento com liberação*, *espoliação com revolução*.” Antunes (2011).

Ao ouvirmos falar da Bolívia lembramos de algumas coisas marcantes sobre o país como os Andes, as plantações de coca, a mineração, as cholitas, os locais turísticos e até mesmo o regime político atual com a plurinacionalidade. Para além dos pensamentos comuns que se tem acerca deste país, essa pesquisa revela que esse é o país com a mais alta taxa de trabalho informal em toda América Latina. Faz-se necessário, conforme nos ensina Adichie (2019), conhecer a história de uma forma mais ampla, para que a nossa história única, aquela cheia de estereótipos que nos foi contada, não seja o que guia o pensamento crítico acerca da problemática. Desta forma, o objetivo deste tópico é apresentar cronologicamente a história deste país que é objeto de estudo desta pesquisa para que aos poucos vá se desconstruindo a história única que criamos acerca dos bolivianos (ADICHIE, 2019). Tendo em vista o fato de que a forma como são contadas as histórias e quem as conta depende muito do poder, quem está no poder tem o privilégio de tornar a sua versão a história verdadeira e definitiva (ADICHIE, 2019). Desta forma, corre-se o risco dessa pesquisa mostrar uma história contada por quem esteve no poder, a despeito do nosso esforço em buscar diferentes fontes para se referenciar.

Camacho (1896) divide a história da Bolívia em 6 períodos. O primeiro período é a dominação Aymara, segundo período é a dominação Quéchua, o terceiro período é a conquista espanhola, o quarto período é a dominação espanhola, o quinto período é a guerra da independência e por fim o período da República. Historiadores mais contemporâneos trazem a contextualização histórica mais recente do país, tais como Luz & Silva, Klein & Barragán e ambos serão utilizados nesta pesquisa.

3.1 A dominação Aymara e a dominação Quéchua

O povo Aymara é conhecido como primeira etnia a habitar as Américas, e não há consenso sobre sua origem, alguns relatam que vieram da Ásia, outros relatam que sempre viveram aqui em nosso continente. Os arqueólogos identificam traços

dessa etnia através de construções de pedras rudimentares que estão localizadas nas regiões andinas, nominadas *pucaras*, *chacas* e *chullpas*. Os objetivos dessas construções eram os mais diversos, as *pucaras* serviam de fortalezas e abrigo; as *chacas* cumpriam a função de templo e altar e as *chullpas* eram utilizadas como tumbas para os mortos. Essas construções se assemelham a construções antigas no Egito Antigo, por isso há estudiosos que acreditam que essa etnia tenha vindo de lá. Apesar de referirmos a etnia Aymara no singular, faz-se necessário esclarecer que haviam várias nações que se distinguiam principalmente na sua forma de vestir e em seus adornos. O idioma dessas nações era o Aymara, que de acordo com filólogos, é uma das línguas matrizes mais ricas, antigas e completas do mundo. Quanto às formas de se organizarem economicamente, esses povos tinham a agricultura e a criação de rebanhos de lhamas como principal atividade econômica (CAMACHO, 1896).

Tanto Aymaras quanto Quéchuas são civilizações que também pertenceram ao Império Inca, e neste império dividia-se a terra de forma que não existia propriedade privada por parte do povo. As terras de cultivo se dividiam em três porções: uma para o Sol (divindade que era cultuada por eles), outra para o povo e a terceira para o Inca. Estas civilizações possuíam formas de se organizar administrativamente bem avançadas, sua capital ficava na região que hoje conhecemos como Cuzco. Lá havia um conselho supremo que era dirigido por alguém que se comunicava diretamente com o Inca¹⁸. Além disso, em cada província havia um governador, que era responsável por repassar ao conselho supremo tudo que ocorria em sua província (CAMACHO, 1896). Os espanhóis, ao chegarem em terras americanas, encontraram uma civilização de 14 milhões de habitantes, que vivia sob os preceitos da igualdade e que não admitia que pessoas passassem fome e necessidades básicas (REINAGA, 1970). Antes de ocorrer a invasão dos espanhóis nessas terras, havia uma população que já habitava o continente há muito tempo, desta forma, conclui-se que a história do país e do continente se inicia com esses povos. Faz-se relevante conhecer a história de uma população desde seu início para se compreender suas mudanças estruturais com o tempo e o tempo presente que o país vive.

¹⁸ O Inca era a autoridade mais importante entre o povo inca. Ele era venerado como um descendente do Deus-sol Inti-Raymi. Ele era o responsável por tudo que pertencia ao “Estado” como por exemplo o exército, as terras, etc.

As mulheres pertencentes a estas civilizações já começavam a trabalhar desde muito novas, ao aprender a caminhar, já iniciavam seus trabalhos como pastora de rebanho. Quando já estavam mais crescidas, já se tornavam fiandeiras, tecelãs e cozinheiras. Ao entrarem na fase da adolescência, já trabalhavam no cultivo da terra, na colheita, bem como na venda dos produtos (REINAGA, 1970). Uma vez que o objeto de estudos é a participação das mulheres no mercado de trabalho, faz-se relevante mencionar que elas sempre estiveram produzindo alimentos dentre outros produtos necessários para a subsistência de suas famílias, isto é, não apenas os homens realizavam estes trabalhos. Percebe-se que estas civilizações possuíam um modo completamente diferente da forma que a sociedade capitalista divide o trabalho sexualmente e socialmente. As atividades direcionadas às mulheres não eram necessariamente ligadas às atividades domésticas e de cuidados. Essa realidade vai se modificar aos poucos, à medida que os espanhóis chegam ao continente. O próximo subtópico detalhará este período e mostrará como esse processo de colonização dos povos Quéchuas e Aymaras influenciou nas formas de organizar a sociedade.

3.2 A dominação espanhola

No final do século XV as coisas vão começando a se modificar nesse território, pois vão chegando os exploradores espanhóis através de expedições marítimas nos locais que hoje conhecemos como São Salvador e Panamá. Os europeus chegam com suas imposições de obediência ao rei da Espanha e de crença ao catolicismo, desrespeitando toda aquela população que ali já vivia (CAMACHO, 1896). A partir de então, aos comandos de Francisco Pizarro, se iniciaram os assassinatos, sequestros e roubos das riquezas minerais que existia nas regiões dos Andes. Assassinararam o líder Inca Atahualpa e se apoderaram de Cuzco, a capital do império. Os espanhóis continuaram suas viagens em direção ao sul até que chegaram ao vale Chuquiapu Marka, que hoje é conhecido como La Paz. Em 1539 o líder Francisco Pizarro ordenou a fundação da vila de Chuquisaca, ignorando completamente a existência de uma população indígena que já habitava ali (CAMACHO, 1896).

O período de expansão do povo espanhol foi longo e marcado por muitas guerras com os povos indígenas. Apesar da vitória espanhola, insurreições indígenas surgiram no período colonial. Manco Inca Yupanqui, que tinha se tornado imperador

pelas mãos dos espanhóis¹⁹, rebelou-se contra os espanhóis e fundou um Estado Inca. Seu filho, Túpac Amaru se tornou imperador e continuou com as batalhas contra os espanhóis. Este inspirou suas próximas gerações a manter o Império e lutar pela sua permanência. Entre 1533 e 1824 ocorre o período chamado de Regime Colonial, no qual a Espanha organiza suas colônias através do tribunal chamado Conselho das Índias. A partir deste conselho surge a “Compilação das Índias” que é um conjunto de leis que regeria a América espanhola. Assim,

“as colônias se dividiram em vice-reinados e em capitanias gerais e em audiências anexas aos vice-reinados. Cada distrito territorial ou província estava governada por um funcionário real do império espanhol” (Camacho, 1896, p. 46)

E foi neste período de regime colonial que algumas regiões foram sendo fundadas com o nome que hoje conhecemos como Potosí e Chuquisaca. O território que hoje compreende a Bolívia era chamado de Alto Peru, a Audiência de Charcas, que era um dos vice-reinados pertencentes a essa Audiência, hoje é conhecido como Sucre. O território do Alto Peru foi uma das principais fontes de riqueza para as metrópoles europeias e “por meio da anexação das comunidades andinas pelos vice-reinados espanhóis ocorreria a deturpação de suas virtudes e características originais com a escravização de sua mão de obra” (Luz & Silva, 2021, p. 2). Assim, foram instaurados os regimes de *encomienda*²⁰, *mita*²¹, *enganche* e *yanaconagem* que são formas de trabalho servil realizado pelos indígenas na extração de prata e estanho na Bolívia, e guano e salitre no Peru. A instauração destes sistemas de dominação e

¹⁹ A guerra entre os espanhóis e as civilizações já existentes na América foi marcada por alianças e traições. As civilizações que guerreavam entre si acabavam se aliando aos espanhóis numa luta conjunta e estes os traíam, pois, seu objetivo era extrair a prata que existia em abundância nestes territórios (Camacho, 1986)

²⁰ “A ficção da legalidade amparava o índio; a exploração da realidade sangrava-o. Da escravidão à *encomienda* de serviços, e desta à tributos e ao regime de salários, as variantes da condição jurídica da mão-de-obra indígena só alteraram superficialmente sua situação real” (Galeano, 1983, p. 50). A *encomienda* é uma forma de produção agrícola na qual os indígenas que trabalhavam nos campos e comunidades tinham a obrigação de realizar pagamentos de taxas a um supervisor, gerando, assim, altos lucros para a metrópole (KLEIN, 2016). O regime de *encomienda* só deixou de existir porque deixou de ser uma instituição financeira lucrativa, uma vez que as doenças europeias mataram muitos dos indígenas de terras altas e terras baixas.

²¹ Os trabalhos da *mita* era “uma máquina de triturar índios” (Galeano, 1983, p.52) pois ao utilizar mercúrio, que é tóxico, para se extrair a prata, acabava envenenando as pessoas e não havia qualquer preocupação com a vida dos habitantes da América. “O vice-rei do México considerava que não havia melhor remédio que o trabalho nas minas para curar a “maldade natural” dos indígenas” (Galeano, 1983, p.52). Por causa de tal instituição, que se manteve durante todo período colonial, 8 milhões de indígenas morreram vítimas do trabalho (Camacho, 1896).

exploração foi responsável por inserir também as mulheres na mineração desde cedo, assim, o trabalho das mulheres nas minas já se inicia marcado por uma condição de vassalagem (Ávila, 2005). Para além disso, este ciclo de extração de metais foi um período de muitas mortes e intoxicação de indígenas. E assim se inicia o processo de consolidação de latifúndios monocultores que deixa vestígios até os dias atuais na América Latina (LUZ & SILVA, 2021).

Por volta dos anos 1570, o vice-rei do Peru, Francisco Toledo, foi o responsável por reorganizar a população local, destruindo os *ayllus*²² e tentando reduzir a quantidade de vilas. Seu objetivo era facilitar a administração e a cobrança de taxas. Segundo Klein (2016), os povoados tinham em média 142 pessoas. Com essa política de redução, os povoados criados possuíam 2.900 pessoas cada. Uma outra mudança significativa foi a quebra de poder dos *encomenderos*, que eram espanhóis responsáveis por cobrar as taxas, fazendo com que os indígenas pagassem diretamente à Coroa. Além disso, os pagamentos não mais seriam feitos em produtos e sim em espécie. Desta forma, eles foram, aos poucos, forçados a fazer parte da forma de organização econômica espanhola.

De acordo com Camacho (1896), Francisco de Toledo

“promulgó en Chuquisaca las “Ordenanzas de Minería”; fundó las ciudades de Cochabamba y Tarija; dictó leyes para los indios sobre la base de las leyes khesshuas; fijó los tributos; dividió el país en provincias; dejó asentado el derecho del “Patronato”; regularizó la administración; acrecentó la hacienda y estableció la paz firmemente” (Camacho, 1896, p.46).

Os anos de 1780-1782 foram marcados pela grande rebelião Tupac Amaru. Esta rebelião era liderada por Tomás Katari, que era cacique do povoado de San Pedro de Macha na província de Chayanta (que hoje conhecemos como Potosí) e por Julián Apaza que adotou o nome de Tupac Katari (KLEIN, 2016). Quando Tomás Katari foi assassinado, em 1781, seus irmãos Dámaso Katari e Nicolás Katari continuaram com as rebeliões (CAMACHO, 1896), juntamente com sua esposa Bartola Sisa, que “atuou como um de seus lugares-tenente na guerra” (KLEIN, 2016, p.106). O assassinato de seus principais líderes de forma pública, com o objetivo de

²² O termo *ayllu* se refere à comunidade com uma unidade territorial maior delimitado que possui tanto em níveis maiores com subdivisões quanto em níveis menores indivisíveis, assim, o termo *ayllu* abarca grupos sociais que vão desde uma família nuclear até comunidades com milhões de pessoas (KLEIN, 2016).

ensinar uma lição e amedrontar os demais, e o assassinato de mais de 40 mil indígenas, marcou o fim da rebelião e esta se tornou a última tentativa de independência antes do século XIX.

3.3 As guerras da independência

O movimento de independência da Bolívia (que naquele período ainda se chamava Alto Peru) foi longo e marcado por muitos conflitos. Inicialmente, faz-se necessário contextualizar o processo de independência de outros países da América Central e América do Norte, bem como a situação de guerra entre países da Europa.

No ano de 1806, os exércitos de Napoleão foram invadindo a Espanha pouco a pouco. Então, no ano de 1808, os espanhóis que viviam em Madri se levantaram contra a dominação francesa. O fato de existir essa divisão no controle do território espanhol influenciava as suas colônias. Os movimentos de independência do Haiti e dos Estados Unidos impactaram no conceito de dependência e colônia. E os Estados Unidos e Inglaterra começaram a incentivar, através de apoio financeiro, os movimentos rebeldes de independência na América com o objetivo primordial de expandir seu império fora da Europa (KLEIN, 2016).

As notícias da Espanha de desorganização por conta do controle francês e as ordens enviadas aos governantes das colônias geravam conflitos entre estes e suas audiências, bem como entre os funcionários da Coroa e os conselhos municipais locais. Assim, aos poucos foi se instaurando um clima de não mais obediência às ordens da Coroa e também de revoltas populares. Em 1809, um *vecino* chamado Pedro Domingo Murillo juntamente com a elite *criolla* de La Paz criaram uma nova Junta, expressaram oposição à Junta da Espanha e proclamaram independência. Este fato marcou o início de um longo período de guerras de independência que se estendeu até 1825 (KLEIN, 2016). No mesmo ano, o exército liderado por Murillo foi derrotado e seus líderes foram presos e mais tarde, executados. Segundo Escanilla (2018) em Chuquisaca também se organizou a sua própria junta de governo como uma resposta à crise monárquica. Essa ação ocorreu também em La Paz e gerou um estado de guerra pelos anos que se seguiram.

No ano de 1816, Simón Bolívar, juntamente com seu exército revolucionário, obteve êxito na Venezuela. Estas forças foram se espalhando para todas as partes da América do Sul, e a Argentina e o Alto Peru recomeçaram seus movimentos

independentistas que já existiam desde 1810. Em Tucumán, as forças republicanas declararam as Províncias Unidas do Rio da Prata como uma nação independente. Uma liderança muito importante nesse período era Juana Azurduy²³, que foi responsável por reorganizar a guerrilha nesse local. Apesar de tamanho ânimo, as forças realistas²⁴ ainda eram muito fortes, portanto, permaneceram no poder até 1924 (KLEIN, 2016). A partir de agosto de 1924, Simón Bolívar, organizado com um exército ocupa várias áreas do Alto Peru, fazendo vários prisioneiros (aqueles que não se juntaram à luta independentista).

O momento que se segue, ao término das lutas e a conquista pelo poder por Bolívar, é de organização de uma república, estabelecimento de regras e a convocatória de um congresso nacional. Alguns deputados formaram a Assembleia Constituinte e escreveram uma carta declarando o novo nome que este local teria, Bolívia, em homenagem ao Libertador (CAMACHO, 1896). Estabelece-se a capital administrativa em Sucre (que é a capital constitucional até os dias de hoje) e Bolívar permanece presidente do país por apenas 52 dias, partindo, em seguida, para o Peru.

3.4 A república

A instituição da república representa um período de criação e modificações profundas em um país. A política do presidente Antônio José de Sucre que antecede e sucede a presidência de Simón Bolívar Palacios foi de nacionalização das minas abandonadas e ao mesmo tempo de contato, em busca de financiamentos com capitalistas estrangeiros. O mundo do trabalho também passou por modificações e adaptações necessárias para se atrair trabalhadores. A *mita* havia sido abolida por Bolívar, assim, foi necessário buscar trabalhadores livres e atraí-los para trabalhar nas minas. Para tanto, foram obrigados a oferecer altos salários. Várias políticas econômicas com objetivo de tentar estabelecer e manter um estado liberal e próspero foram continuadas pelos sucessores de Antônio José de Sucre. O presidente que

²³ As forças patriarcais acabam contando a história de forma que as mulheres estivessem unicamente cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, entretanto, muitas estiveram presentes na política e nas guerras de independência de forma ativa. E uma dessas mulheres foi Juana Azurduy, que formou o seu exército de amazonas na região do Alto Peru (WEXLER, 2001).

²⁴ Camacho (1986) afirma que existiam algumas correntes neste período de independência nos países da América do Sul. Existiam os liberais moderados e liberais jacobinos. Além desta divisão dicotômica, o autor também acrescenta os guerrilheiros, que são esses movimentos independentistas revolucionários. As forças realistas fazem parte desse grupo de liberais, assim como os radicais e absolutistas.

conseguiu trazer um período de paz e estabilidade foi Andrés Santa Cruz, que ficou no poder de 1829 a 1839. Foi responsável por criar tarifas de importação protetoras, reduzir as taxas sobre a mineração e algumas reformas econômicas a fim de reverter a estagnação na economia (KLEIN, 2016). Desde o período colonial que as mulheres fazem parte das atividades de mineração. Apesar do mito que dizia “las mujeres no debían ingresar a interior de la mina, porque se pierde la veta” (Ávila, 2005, p.40) as famílias inteiras trabalhavam nesta atividade, as mulheres, seus esposos e filhos.

A política do país, pelos anos finais do século XIX, foi marcada por muitas traições, golpes, trocas de governo, ditaduras, tentativas de se construir uma Constituição, uniões e desavenças com países vizinhos e tentativas de tomada de terras destes. A situação das mulheres, assim como dos cidadãos bolivianos como um todo, era de baixa qualificação profissional e baixa escolaridade. A maioria das mulheres trabalhava em atividades domésticas e de cultivo, e algumas delas também trabalhavam na mineração (ARGUEDAS, 1975).

Na segunda metade do século XIX os trabalhos de artesanatos eram muito presentes, e estes trabalhadores já se organizavam em agremiações com objetivo de obterem uma ajuda mútua. A *Junta Central de Artesanos de La Paz* era a organização central dessas agremiações, fundada em 1908, e seu objetivo era manter a classe unida e protegida. Com os altos preços dos bens nos anos de 1910 a 1914, criou-se uma cooperativa de consumo, para que os artesãos tivessem o apoio uns dos outros. A organização sindical tinha relevância no início do século XX na Bolívia. Muitos intelectuais socialistas (e também algumas tendências anarquistas) bolivianos e alguns que estavam se exilando na Bolívia se somaram nas criações e expansões dos movimentos de trabalhadores (BARRAGÀN, 2015).

Os séculos de colonização espanhola deixaram marcas nos países da América Latina como um todo. Segundo Quijano (2005), a elite crioula herdou o poder colonial dos espanhóis e, ao longo do tempo, consolidou uma estrutura social e econômica que beneficiava seus próprios interesses. Dessa forma, o latifúndio tornou-se uma peça fundamental na expansão do capitalismo na região, uma vez que permitia a concentração de terras e a exploração dos trabalhadores rurais (Mignolo, 2011). Nesse sentido, a Bolívia não é exceção, uma vez que a elite local utilizou sua posição de poder para controlar a economia e manter sua hegemonia política (Escobar, 2004). Portanto, é importante considerar as relações históricas entre o latifúndio e a elite crioula na conformação do capitalismo boliviano e latinoamericano e como essas

estruturas continuam a influenciar a vida das pessoas na região. Na Bolívia, a elite crioula europeizada que ficou no poder desqualificava a mão-de-obra dos indígenas e deixava essa população completamente à margem. Foram muitos anos na tentativa de se erguer como um país soberano, várias derrotas e perdas de território²⁵ e se esqueceram de incluir a maior parte da população, que era a população indígena, que além de tudo, não tinha participação política.

A atividade econômica de maior relevância e que era mais exportada era o minério. Nas décadas iniciais do século XX a Bolívia exportava estanho, zinco, cobre, chumbo, volfrâmio, prata e ouro. Ávila (2005) traz registros da participação das mulheres nesta atividade econômica

“Las mujeres de los Yanoconas²⁶ fundían en las guayras la plata rica. Mingas de mujeres indias y jóvenes, por dos reales/día, amalgamaban, previo al proceso y clasificaban el mineral. Las palliris seleccionaban y fundían. En casa, recolectaban pallao de alta ley que los barreteros entregaban al salir de la mina, práctica muy común. Vendían mineral en la famosa plaza o cancha del Khatu, actual de la Casa de la Moneda en Potosí. Con ello buscaban mejorar su ingreso familiar.” (Ávila, 2005, p. 40)

Segundo Andrade (2012), além de o país cobrar uma taxa de exportação baixa, o preço destes minerais caía no mercado internacional, o que fez com que o país entrasse em profunda recessão nos anos de 1929. Em 1931 a empresa estadunidense Standart Oil Co. passa a operar no país com o compromisso de pagar 11% de taxa de royalties para o Estado. Até aquele momento, todas as empresas que atuavam no país na extração do petróleo e do gás, eram estrangeiras. Sob suspeita de que essa empresa havia ajudado os paraguaios na guerra do Chaco e irregularidades no pagamento de royalties e outras fraudes, o presidente David Toro²⁷ nacionaliza a Standart Oil e cria o YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*) com objetivo de explorar, refinar, transportar e comercializar o petróleo e gás da Bolívia. Quando foi nacionalizada, a YPFB dobrou a produção de estanho, pois

²⁵ Na guerra do Pacífico (1889) a Bolívia perdeu seu pedaço de território que tinha saída para o oceano Pacífico para o Chile. Perdeu terras amazônicas com seringais para o Brasil em 1903 e a guerra do Chaco fez com que o Paraguai tomasse mais de 200 mil km² de território em 1935 (ANDRADE, 2012).

²⁶ Segundo Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (1998) os yanoconas eram trabalhadores que arrendavam a terra na época em que existiam as *haciendas*, era equivalente ao que no Brasil se chamava “rendeiro” e no Chile “mediero”.

²⁷ Este presidente foi responsável por criar o Ministério no Trabalho e Previdência Social, aprovou a Lei de Sindicalização Obrigatória e criou o Ministério de Minas e Energia, ou seja, medidas que objetivavam melhorar a vida dos trabalhadores bolivianos, diferentemente dos seus sucessores, que eram generais militares que só favoreciam a elite mineira e os latifundiários (ANDRADE, 2012).

desejava-se amenizar o baixo desempenho da economia que já se arrastava há algum tempo e que foi ainda mais impactada com a guerra do Chaco.

Apesar deste alto desempenho da YPFB, no período da Segunda Guerra Mundial a Bolívia foi pressionada pelos Estados Unidos a manter seus preços abaixo dos preços de mercado, e quem mais sofreu com essas medidas foram os trabalhadores da mineração. Eles tiveram suas remunerações reduzidas e carga horária de trabalho ampliadas, o que gerou muitos problemas de saúde pois, além disso, as medidas de segurança não eram obedecidas por parte dos empresários, e os equipamentos e outras adequações não eram oferecidas aos mineiros. Em 1948, na região de Catavi, 97,84% dos mineiros foram acometidos por tuberculose. Eles não recebiam o tratamento e nem o repouso necessário para que ficassem curados, e por isso esse índice crescia cada vez mais e vários trabalhadores morreram por causa de complicações da doença.²⁸ É perceptível o quão dependente a economia deste país foi nesse período. Apesar das medidas nacionalistas de proteção realizadas pelo presidente da época, a crise econômica gerava desemprego, inflação, fome e, conseqüentemente, revolta popular. Nos anos 1950, 70% da população da Bolívia vivia em área rural e a vida no campo refletia o período colonial, grandes propriedades de terra comandadas por poucos e uma grande maioria de indígenas trabalhando de graça ou a troco de alimentação (ANDRADE, 2012).

Na Bolívia, até os anos 1950, apenas 10% da população estava empregada em áreas de exploração do gás e do petróleo e da produção mineira, apesar de essas atividades serem a espinha dorsal da economia do país. Grande maioria dos trabalhos estava ligada a atividades rurais. A composição dos trabalhadores da Bolívia não se deu a partir da migração europeia, como ocorreu no Brasil, Argentina e Uruguai (ANTUNES, 2011).

Com a situação de desigualdade social, intensa exploração da mão-de-obra nas minas e no campo, desemprego nas cidades e recessão econômica, foi se formando um terreno fértil que culminou na Revolução Boliviana de 1952. Esta revolução é considerada de origem pequeno burguesa com viés nacionalista, pois teve como forças principais as massas populares urbanas e os trabalhadores da mineração, e a principal pauta destes últimos era a completa nacionalização das

²⁸ Os mineiros protestaram contra essa superexploração em 1942 e um confronto entre eles e a polícia acabou deixando 20 mineiros mortos. Esse fato ficou conhecido como Massacre de Catavi.

empresas mineradoras (GIL, 2008). A tese de Pulacayo²⁹ é o resultado de todas as reivindicações e pautas do movimento de mineiros na Bolívia. Entretanto, as direções eram compostas pela pequena burguesia do partido MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionário*) e seu líder, que passou a ser o presidente da Bolívia, se chamava Victor Paz Estenssoro, que depôs o militar Hugo Ballívian Rojas. Um outro movimento também importante e presente nessas movimentações é o COB (*Central Obrera Boliviana*). A revolução possibilitou um total protagonismo do Estado nas atividades de mineração e o presidente Estenssoro objetivava nacionalizar as minas, pois estava sob pressão das massas populares armadas. Entretanto, sabia da necessidade de manter laços com os Estados Unidos (o maior comprador de estanho) para modernizar as maquinarias (ANDRADE, 2012). Vários meses se passaram até que a total nacionalização se concretizasse. Em outubro de 1952 foi criada a COMIBOL (*Corporación Minera de Bolívia*) e seu principal objetivo era comandar as mineradoras. Entretanto, a expectativa de crescimento a partir da nacionalização não ocorreu por alguns fatores, tais como a queda dos preços do estanho no mercado internacional, a má gerência e desvios de finalidades na COMIBOL, a permissão de entrada de empresas estrangeiras nesta atividade, deterioração do trabalho e esgotamento das minas (ANDRADE, 2012). Uma outra contradição deste período liderado pela MNR foi a abertura para que novas empresas estrangeiras entrassem na produção de petróleo e gás, indo de encontro à proposta nacionalista.

Em 1956, Hernán Siles Suazo, um líder importante do MNR, assume a presidência da Bolívia e toma medidas bem diferentes do governo anterior. O país se encontra em uma dependência ainda maior aos Estados Unidos com um claro alinhamento às políticas liberais assessoradas pelo estadunidense George Eder.³⁰

A ditadura militar na Bolívia vai de 1964 a 1982 e é composta por presidentes com atitudes mais liberais e totalmente entreguistas, mas há também alguns com fortes interesses em nacionalizar a produção do petróleo e do gás. O presidente Juan José Torres González tenta assumir um papel de conciliador, no entanto, fracassa. Ele tenta agradar aos movimentos nacionalistas operários ao defender a

²⁹ A Tese de Pulacayo foi um compilado escrito e formulado pelos mineiros da *Central Obrera Boliviana* com fortes influências do teórico marxista Leon Trótsky e seu conceito de revolução permanente.

³⁰ Essa política de alinhamento se chamava Plano Eder e foi implantada em 1956. "O chamado plano Eder era um verdadeiro ataque à economia popular e se beneficiava de um movimento sindical ainda entorpecido: previa o corte de 40% dos gastos governamentais, cortes de subsídios e controle de preços da cesta básica, aumento de impostos, congelamento de salários por um ano" (ANDRADE, 2012, p. 17).

nacionalização da produção de petróleo e gás e criar a Comuna de La Paz, que era uma espécie de parlamento operário-popular.

A década de 1970 foi marcada por uma fase de crescimento econômico na Bolívia, pois os preços das commodities estavam altos no período. O petróleo, o estanho, a coca, o níquel e o gás natural, que eram exportados neste período, proporcionaram um momento de bonança no país (ARÉVALO LUNA, 2016). Entretanto, o fato de o país ser exportador de uma lista restrita de commodities o deixa dependente e refém dos preços de mercado. Ainda nesta década os preços caíram e a situação na Bolívia foi piorando. Além disso, o país sofria com a hiperinflação e tentativas frustradas de controlá-la e a dívida externa estava cada vez mais alta. Os anos 1970 são governados por Hugo Banzer Suárez, que segundo Andrade (2012) derrubou o governo anterior por meio de um golpe. Este governo e os que se seguem nos anos 1980 promovem a abertura comercial e atração de capital estrangeiro. Durante a primeira metade da década de 1980 o PIB continuou a cair, configurando uma crise econômica que pode ser explicada pela queda da produção mineira, por conta da falta de estanho, pela baixa na atividade manufatureira, pela queda na construção e os efeitos da hiperinflação vivida pelos bolivianos neste período.

O MNR que assume o poder em 1982 já não é o mesmo lá dos anos 1940. Victor Paz Estenssoro assume novamente a presidência com o objetivo inicial de acabar com as forças populares e da classe operária organizadas na *Central Obrera Boliviana* (COB) e se alinhar às políticas econômicas ditadas pelo FMI. O acordo fechado com o FMI e os EUA é considerado por Andrade (2012) como “um verdadeiro plano de guerra contra o povo boliviano” (ANDRADE, 2012, p.29), pois as medidas tomadas³¹ só aprofundaram ainda mais a instabilidade econômica e política do país. Em 1986 o governo aplica o plano de estabilização e abertura externa e com isso houve um aumento na taxa de desemprego, uma redução nos salários reais e uma maior participação de atividades informais no total do emprego (JEMIO, 1999). A porcentagem de trabalhadores por conta própria mais trabalhadores familiares em 1985 era de 37% do total de empregados. Em 1989 essa porcentagem subiu para 42,1% (JEMIO, 1999). Uma combinação de aspectos maléficos para a sociedade reanima e faz ressurgir novas posturas ideológicas que pedem mudanças “El

³¹ Uma das medidas do acordo firmado com o FMI se refere ao mercado de trabalho. Eles determinam que haja uma maior flexibilização de forma a facilitar as demissões e além disso, congelam os salários dos funcionários do setor público (ANDRADE, 2012).

desempleo y los elevados precios de los bienes e servicios provocan descontento social e inestabilidad política” (ARÉVALO LUNA, 2016, p.153). É neste período de revolta popular que surge a figura de Evo Morales e o *Movimiento al Socialismo* (MAS), muito inspirado no bolivarianismo, no indigenismo e nacionalismo.

Nos anos 1990, sob o governo do MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionária*) foram aprovadas diversas leis que aceleraram o processo de privatização e enfraquecimento da resistência popular. As privatizações, com várias ilegalidades, se seguiram até os anos 2000 e as medidas desrespeitavam completamente os povos indígenas e o meio ambiente. Nos anos 2000 as movimentações populares se reanimam e reaquecem com a vitória na chamada Guerra da Água³². Com muita pressão popular e diversas manifestações, moradores de Cochabamba conseguem reverter a privatização da companhia de água. Essas movimentações de expandem e tomam maiores proporções, exigindo agora melhor administração de suas maiores riquezas, que são os hidrocarbonetos.

Em 2006, Evo Morales se elege com maioria esmagadora dos votos e o povo boliviano reacende a esperança de mudanças e melhoria de vida. São várias as denominações dadas a esses períodos que se seguem: capitalismo andino, neodesenvolvimentismo, republicanismo comunitário, socialismo comunitário³³ etc. A seguir veremos com mais detalhes aspectos dos governos do MAS, uma vez que esta pesquisa prioriza analisar os primeiros vinte anos do século XXI.

3.5 O governo do MAS e o republicanismo comunitário

O sociólogo boliviano Aldo Durán Gil descreve o estado do país em 2006, quando Evo Morales assume a presidência, da seguinte forma

“Em 2006 o país está praticamente à beira do colapso econômico, com profunda desigualdade social, alto índice de desemprego e informalidade, crescente pauperização, amplo descontentamento das massas populares urbanas e camponesa-indígena diante do abuso das empresas privadas prestadoras de serviços públicos e da

³² Segundo Linera (2019), a Guerra da Água é apenas a primeira fase de um processo revolucionário que se iniciava na Bolívia. Ele explica todas as fases e suas tensões em seu livro publicado no Brasil em 2019.

³³ Álvaro Garcia Linera (2019) nomeia como republicanismo comunitário. Gil (2008) define o governo do MAS como neodesenvolvimentista e diz que logo no início Linera e Evo chamavam de capitalismo andino-amazônico. Já Katz (2016) vai debater o conceito de socialismo comunitário.

pilhagem dos recursos energéticos pelo capital estrangeiro, em consonância com os governos de turno, alto índice de instabilidade política e convulsão social causadas por 20 anos de políticas estatais neoliberais (1985-2005).” (GIL, 2008, p.168)

Inicialmente, o governo elaborou uma nova constituição e conseguiu aprová-la no final de 2007 com mais de 60% dos votos. A nova Carta Magna inclui o caráter nacionalista e plurinacional ao Estado Boliviano, e reconhece 36 nações originárias. Além disso, separa-se o Estado da religião e estabelece que um presidente pode ser reeleito apenas uma vez (STEFANONI, 2010).

As mudanças implementadas nos primeiros anos do governo do MAS foram de caráter sociopolítico, cultural e econômico. De caráter sociopolítico e cultural, Gil (2008) define a entrada do governo do MAS como uma revolução multiétnica, multicultural, plurinacional e democrática, pois se pretendia incluir a grande maioria da população, que era indígena, nos espaços políticos de decisão. Era um dos objetivos principais desse governo que chegou: que a Bolívia vivesse uma era de mais justiça e inclusão social. De caráter econômico, o objetivo central era desfazer essa dualidade desigual entre a minoria proprietária e muito rica e a maioria de camponeses e indígenas que possuem o mínimo para viver. O caráter nacionalista do MAS os fazia desaprovar completamente o fato de que as maiores riquezas do país (petróleo, gás e minérios) estivessem nas mãos de empresas estrangeiras. Desta forma, uma das primeiras medidas foi a nacionalização das empresas exploradoras de hidrocarbonetos (GIL, 2008).

A América Latina foi tomada por um período de crescimento econômico na primeira década do século XXI e uma das consequências dessa nova dinâmica foi a redução dos indicadores de desigualdade e pobreza. Houve um aumento da demanda e um aumento dos preços internacionais das matérias-primas. Com isso, obteve-se uma expansão do emprego e dos salários, principalmente para os trabalhadores menos qualificados (WANDERLEY & COSSIO, 2017). A tabela 1 ilustra a porcentagem da participação de mulheres e homens no mercado de trabalho nos anos de 2000, 2006, 2012 e 2021.

Tabela 1: Bolívia – Porcentagem de pessoas ocupadas segundo categoria ocupacional e gênero nos anos 2000, 2006, 2012 e 2021 (% da PEA)

Categoria ocupacional	2000		2006		2012		2021	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Empregadores	1,1	2,8	2,3	6,9	4,0	8,9	1,7	4,6
Assalariados	21,2	37,6	25,5	40,7	30,4	43,9	27,8	37,2
Conta própria	39,0	49,2	33,0	41,1	37,1	39,4	41,7	49,8
Serviço Doméstico	6,0	0,1	5,6	0,4	5,5	0,1	4,3	0,2
Familiares não remuneradas	32,7	10,3	33,6	11,0	23,1	7,6	24,4	8,1

Fonte: CEPALSTAT – CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2022.

Esta tabela 1 mostra a porcentagem de trabalhadoras mulheres e também homens de acordo com a categoria ocupacional dentro da População Economicamente Ativa. O presidente da Bolívia em 2000 era o general e oligarca Hugo Banzer cujo governo foi marcado por políticas de cunho neoliberal e ao se comparar este ano com os demais, é possível perceber um aumento na porcentagem de assalariados e de empregadores, tanto mulheres quanto homens no ano de 2006 comparativamente ao ano de 2000. No ano de 2021 há uma redução nessas porcentagens e pode ser explicado também pela pandemia de Covid-19 que assolou o mundo inteiro e teve repercussões profundas nos países do Sul Global. É possível perceber que em 2021 há um aumento nas atividades chamadas de conta própria, pois esta atividade se tornou a saída para muitas famílias nos tempos de crise econômica. Além disso, ao observarmos as categorias Serviço doméstico e Familiares não remunerados percebe-se a participação majoritária das mulheres, fato que confirma a argumentação defendida nesta pesquisa: o capitalismo explora as mulheres e homens em níveis diferentes e mantém estas em empregos com baixa (ou até mesmo nenhuma) remuneração, com baixo prestígio social e altos níveis de precarização.

Agora que compreendemos um pouco melhor a história deste país tão rico e ao mesmo tempo tão explorado e pobre, vamos analisar, na próxima seção, a situação do mercado de trabalho informal na Bolívia na última década.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NA BOLÍVIA

O conjunto de medidas estruturais que chegaram na América Latina na década de 1980, a partir da implementação de políticas neoliberais, influenciou fortemente a configuração do mercado de trabalho na Bolívia. Essas políticas consistiam em maior liberdade para as forças de mercado, privatizações³⁴, liberdade nos fluxos de capital pelo mundo, situação de maior dependência das economias desenvolvidas e austeridade. O resultado disso é uma transformação no mundo do trabalho no sentido de precarizar as formas de vínculos de trabalhos, descentralizar a produção, ampliar a terceirização, ampliar a insegurança laboral e a participação das mulheres no trabalho informal, gerando, assim, um processo chamado de feminização da pobreza (FAGALDE, 2004).

Nos últimos vinte anos muitos avanços foram alcançados no que diz respeito a políticas de igualdade de gênero, entretanto, a disparidade ainda segue sendo uma realidade em diversos países da América Latina. A violência doméstica, a baixa oferta de empregos e salários desiguais são alguns exemplos que provam que ainda há muito a ser feito para melhorar a situação das mulheres no mundo do trabalho (URQUIDI et al, 2020). De toda a região na América Latina, a Bolívia é o país que registra a mais alta taxa de violência contra a mulher. Segundo Urquidi et al (2020), que utilizaram dados do Ministério da Justiça da Bolívia, a taxa das mulheres com mais de 15 anos de idade que já sofreu algum tipo de violência é de 74,7%. Numa realidade em que a mulher é tida como a principal responsável pelo provisionamento social da família, em tempos de crise e de desmontes das políticas sociais, as mulheres são forçadas a buscar alternativas e muitas vezes encontram empregos em

³⁴ O então presidente Jaime Paz Zamora, fundador do MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionária*), governou a Bolívia de 1989 a 1993 e aprovou a lei da Privatização em 1993. Este fato provocou surpresa pois em sua campanha havia prometido se dedicar às causas sociais e realizar uma política que fortalecesse o mercado interno. Entretanto, seu governo e os governos seguintes, do ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada e seguintes, tomaram medidas alinhadas ao receituário neoliberal, com influência do liberal estadunidense Jeffrey Sachs, principalmente em relação à maior riqueza do país, que é o gás natural (TAPIA, 2005).

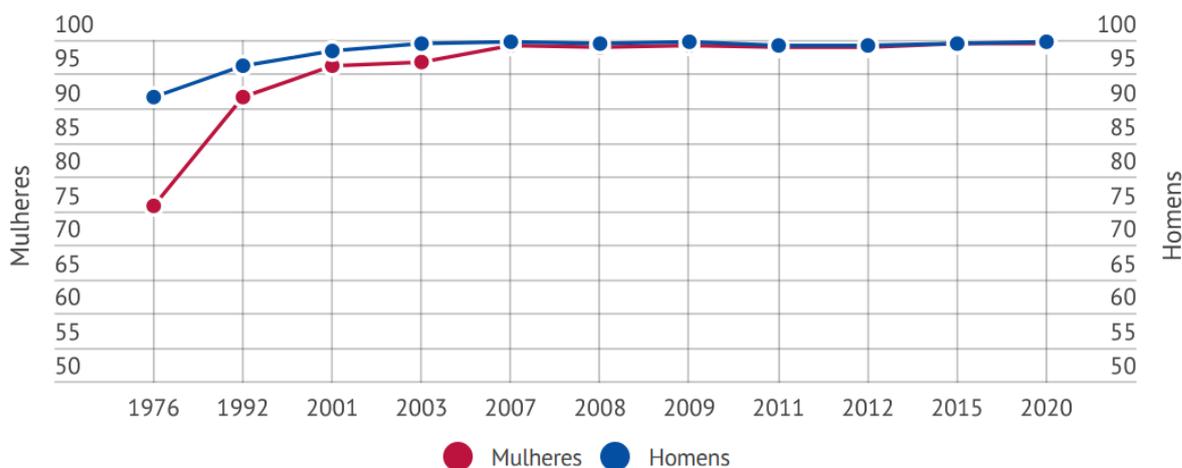
turnos noturnos, o que também traz uma exposição a situações de violência nas ruas. No caso de famílias heterossexuais, em situações de crise e consequente aumento das horas de trabalho, os maridos, ao perceberem que as atividades domésticas e de cuidados não estão sendo “propriamente” realizadas, respondem com violência contra essas mulheres. Em situação de crescente desemprego, o alcoolismo e a violência doméstica é uma realidade presente nas famílias dos países do Sul Global (BHATTACHARYA, 2019).

Levando em conta o fato de que a Bolívia está situada no Sul Global e na divisão internacional do trabalho ela participa com a produção de bens que exigem baixa especialização e que as mulheres são a maioria ao ocupar trabalhos precários; objetiva-se neste capítulo descrever e analisar como ocorre a participação das mulheres no mercado de trabalho informal da Bolívia, ou seja, compreender de forma detalhada quais são as ocupações em que elas mais estão presentes, quais são as remunerações, quais são as condições de trabalho e como isso tudo se diferencia em relação aos homens.

4.1 Escolaridade das mulheres na Bolívia

Quando se fala de participação no mercado de trabalho, é necessário levar em consideração as exigências para a entrada nestes empregos. Desta forma, é importante conhecer um pouco mais dos níveis de escolaridade das mulheres da Bolívia. A teoria econômica ortodoxa traz que a obtenção de melhores salários e a ocupação de postos de trabalho de prestígio ocorreriam com uma alta taxa de escolaridade e investimento na educação e capacitações. Assim, uma maior escolaridade deveria refletir em salários mais altos, mas não é isso que mostram os dados (ZAMORA, 2015). A taxa de alfabetização do país subiu bastante entre os jovens de 15 a 24 anos, desde a década de 1970 até a atualidade. Nos anos 1970, a taxa de alfabetização das mulheres era de 75,8% enquanto que essa mesma taxa para os homens era de 91,5%. Entretanto, é possível perceber que a partir do ano de 2006 essa taxa se elevou a quase 100% e a diferença entre homens e mulheres praticamente não existe.

Gráfico 1: Taxa de alfabetização de pessoas entre 15 e 24 anos, segundo sexo na Bolívia de 1976 a 2020 (em %)



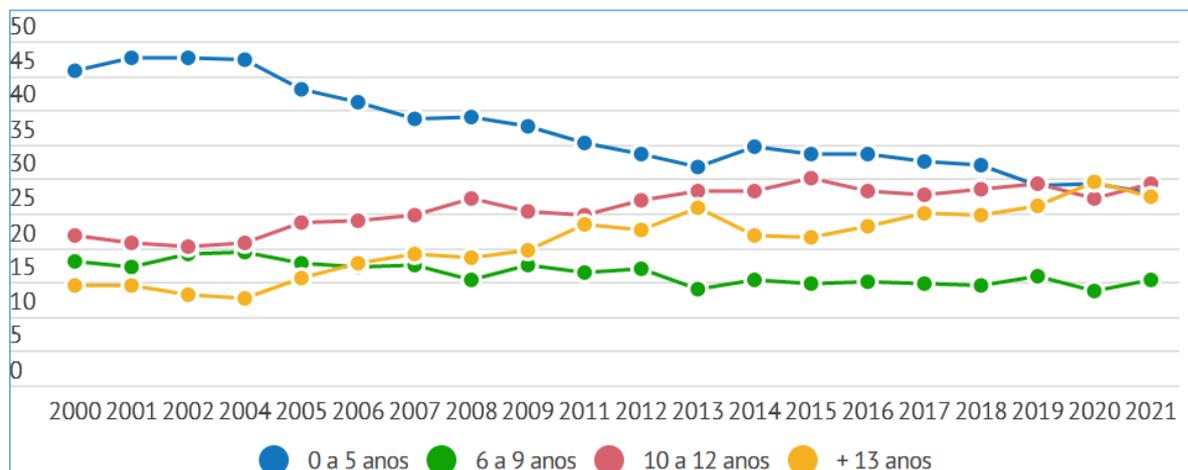
Fonte: CEPALSTAT – CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2022.

No Gráfico 1, elaborado pela autora, utilizando dados da UNESCO-IEU (Instituto de Estatística das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) disponíveis na Cepalstat, é possível perceber que a taxa de alfabetização cresceu significativamente, tanto para os homens quanto para as mulheres a partir do ano 2007. Acredita-se que isso se deva ao plano de alfabetização implementado pelo governo do MAS. A primeira fase durou dois anos e contou com a Brigada Cubana-Venezuelana com recursos e a metodologia *Yo, Sí Puedo*³⁵.

Para além da taxa de analfabetismo, os anos de estudo podem dizer muito sobre uma população, principalmente quando essa média de anos se diferencia entre os gêneros. A partir do Gráfico 2 é possível perceber que as mulheres estão passando mais tempo estudando no período analisado.

Gráfico 2: Média de anos de estudo das mulheres com 15 anos ou mais na Bolívia (porcentagem de pessoas)

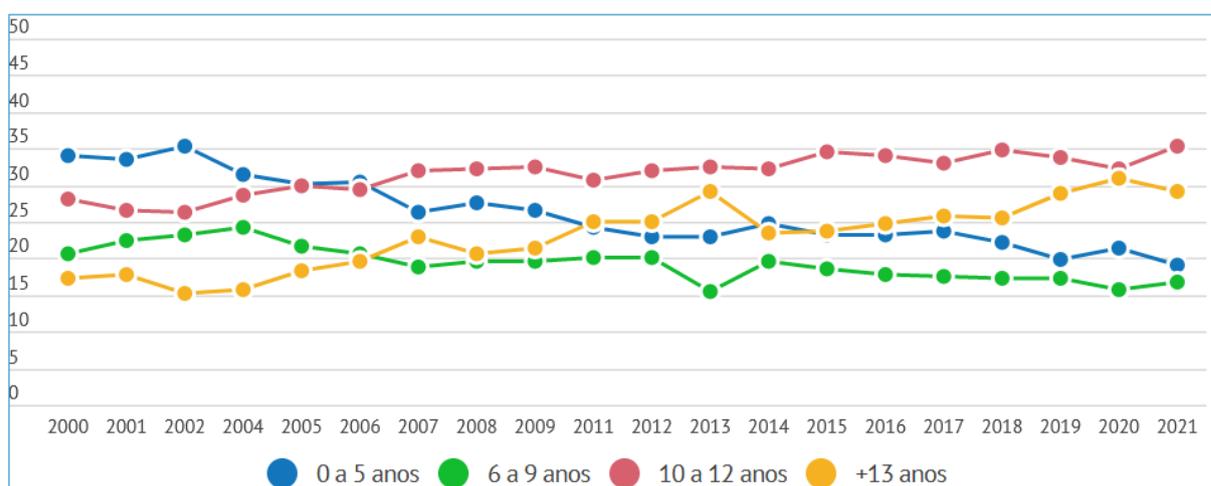
³⁵ Este método foi criado pela pedagoga cubana Leonela Relys e seu objetivo é atingir o máximo possível de adultos, com baixo custo e alta efetividade.



Fonte: CEPALSTAT - CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022.

No Gráfico 2, é possível perceber uma queda na porcentagem de mulheres com mais de 15 anos que passam de 0 a 5 anos estudando. A medida que a porcentagem de mulheres que passam entre 0 e 9 anos estudando cai, a porcentagem das que passam mais de 10 anos estudando vai aumentando com o tempo. Desta forma, podemos concluir que as mulheres, em 2021, passaram mais tempo estudando do que no ano de 2000.

Gráfico 3: Média de anos de estudo dos homens com 15 anos ou mais na Bolívia (porcentagem de pessoas)



Fonte: CEPALSTAT - CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022.

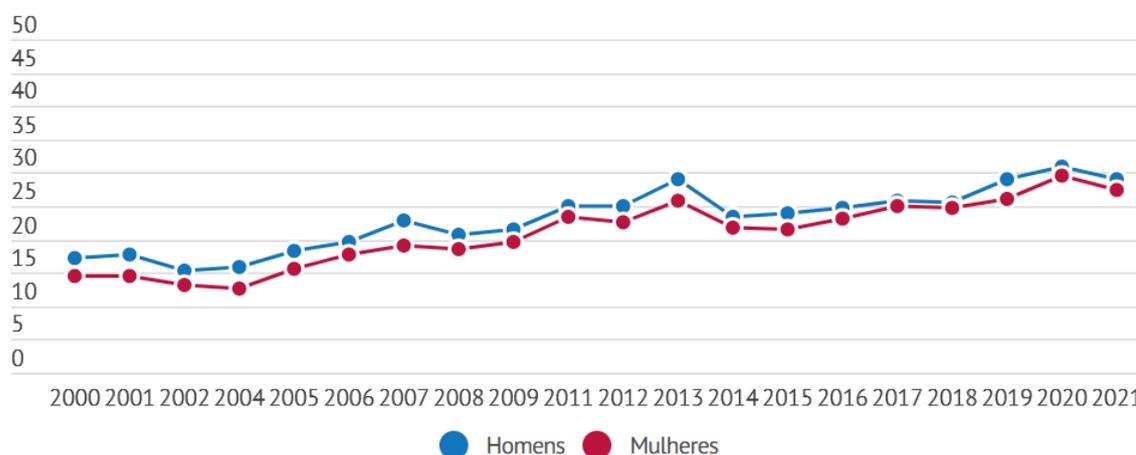
Se formos comparar essas taxas entre os homens e as mulheres, percebemos que a porcentagem deles, com 15 anos ou mais, que passam de 0 a 5 anos estudando, sofreu queda com o passar do tempo. Em 2000, 45,6% das mulheres passavam até 5 anos estudando, em 2021 essa taxa caiu para 28%. Já para os

homens, 34% deles passavam até 5 anos estudando, em 2021 essa mesma taxa cai para 19,1%. Com a pandemia de Covid-19 e a necessidade de se manter isolados em casa para conter o vírus, a população com baixa experiência e pouco acesso a tecnologias e internet foram as que mais sofreram no âmbito da educação. Segundo Roth e Garcia (2022), um dos efeitos da pandemia na educação foi a evasão escolar. Muitos jovens, principalmente os oriundos de famílias economicamente desfavorecidas, se viram obrigados a largar os estudos para conseguir empregos de forma a complementar ou até mesmo ser a fonte de sustento de suas famílias. Quando observamos a faixa de 6 a 9 anos de estudo, há uma movimentação parecida, ambas taxas caem. Assim como mostra o Gráfico 2, o inverso também acontece com os homens, isto é, a porcentagem dos que passam mais anos estudando também aumenta.

No Gráfico 3 temos o comparativo entre porcentagem de homens e mulheres que passam 13 anos ou mais estudando na Bolívia. Os dados, retirados das pesquisas domiciliares realizadas pelo INE mostram que as mulheres ainda possuem menos escolaridade que os homens, isto é, uma porcentagem menor, comparativamente aos homens, passa 13 anos ou mais estudando. Apesar disso, a escolaridade não deve ser uma justificativa para a brecha salarial, pois em outros países da América Latina³⁶ a porcentagem de mulheres que passam 13 anos ou mais estudando é superior à dos homens e, ainda assim, recebem menos que eles.

Gráfico 4: Porcentagem de homens e mulheres com 15 anos ou mais que estudaram 13 anos ou mais na Bolívia (porcentagem de pessoas)

³⁶ O objetivo deste estudo não é comparar com outros países da América Latina. Entretanto, dados da Cepal mostram que países como Costa Rica, Colômbia, Brasil, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela a porcentagem de mulheres de 15 anos ou mais que passam mais de 13 anos estudando é superior à dos homens.



Fonte: CEPALSTAT - CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022.

Apesar de uma porcentagem menor de mulheres passarem mais tempo estudando, comparativamente aos homens, dados do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) sobre a Bolívia mostram que do total de estudantes que concluem a universidade, 17.100 são mulheres e 13.400 são homens (URQUIDI et al, 2020). E quando observamos como estão divididas as participações de acordo com o gênero percebemos que há uma divisão nítida de escolhas de cursos. Nas Ciências Sociais temos maior conclusão de mulheres nos cursos de Assistência Social, Sociologia e Relações Internacionais. Nos cursos da área de Saúde e Ciências da Comunicação todos, sem exceção, possuem mais mulheres do que homens. Nas Ciências Econômicas e Financeiras os únicos cursos com maioria de mulheres são Contabilidade Pública, Administração de Empresas, Engenharia Comercial, Auditoria e Engenharia Financeira. De todos os cursos da área de Engenharia e Tecnologia, apenas Engenharia Ambiental possui mais mulheres do que homens. Na área de Arquitetura, Urbanismo e Arte temos mais mulheres apenas nos cursos de Desenho Gráfico e Comunicação Social e Desenho e Moda. Nas Ciências Humanas e Educação temos maioria mulheres em todos os cursos e sua maior participação está em Ciências da Educação e Psicologia. Na área de Ciências Básicas e Naturais as mulheres estão mais presentes apenas em Biologia. Os cursos de Física, estatística e Matemática são ocupados predominantemente por homens. Uma outra área em que os homens estão mais presentes que as mulheres são as Ciências Agrícolas, Pecuárias e Florestais (URQUIDI et al, 2020).

Faz-se necessário analisar os dados sobre educação pois eles definem, em grande parte, o destino laboral dos indivíduos. A partir destes dados do BID, mostrados acima, é possível perceber que há uma divisão bastante associada ao papel que esses gêneros cumprem na sociedade. Nos cursos de Pedagogia, Enfermagem, Assistência Social e Psicologia temos maioria de mulheres e nos cursos de Engenharia Civil, Direito, Economia e Física temos maioria de homens, por exemplo. Os cursos escolhidos pelas mulheres são nada mais que uma extensão do cuidado, acentuando ainda mais a divisão sexual no trabalho. Nos próximos subtópicos vamos analisar com mais detalhes a participação das mulheres no mercado de trabalho.

4.2 Participação das mulheres no mercado de trabalho

Quando estudamos mercado de trabalho o primeiro conceito que precisamos ter em mente é o de PEA (População Economicamente Ativa) que, de acordo com o INE, consiste basicamente na população que está trabalhando naquele período de referência ou que estava buscando emprego de forma ativa. Apesar de termos esse conceito bem definido e aplicado nas pesquisas, faz-se necessário questionar a real participação das mulheres na PEA. Existe uma noção no imaginário dos homens, da sociedade, das empresas e até mesmo das próprias mulheres que sua participação no mercado de trabalho é secundária. Desta forma, o desalento³⁷ é muito presente na vida real das mulheres. O fato de elas não participarem da PEA não significa que não estejam produzindo ou que estejam sem fazer nada, ao contrário, muitas vezes estão sobrecarregadas com tantas tarefas acumuladas que são realizadas de forma invisível e não remunerada (ABRAMO, 2007). Entretanto, como na Bolívia não há dados, nem pesquisas que busquem analisar com mais detalhes sobre o tempo que as mulheres passam realizando atividades domésticas e de cuidados de forma não remunerada ou outras atividades que elas estejam realizando, teremos que levar em consideração os dados disponíveis, cuja base é a População Economicamente Ativa, seja ela ocupada ou desocupada.

³⁷ De acordo com o IBGE os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis na semana de referência, entretanto, não buscaram emprego pois perderam as esperanças de encontrar algo (IBGE, 2021).

A pesquisa domiciliar do INE mostra a porcentagem de pessoas, segregada por sexo, que realizam tarefas não remuneradas, seja ajudando algum parente na empresa ou auxiliando nas atividades domésticas dentro de casa. As tabelas abaixo mostram a distribuição percentual da população, segregada por sexo e local (rural e urbana) de 2000 a 2017 (INE, 2017).

Tabela 2: Distribuição percentual da população da zona urbana da Bolívia classificada como trabalhadora familiar e aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017

Ano	Mulheres	Homens
2000	11,0	5,1
2001	17,1	10,1
2002	11,9	6,2
2003/2004	13,9	7,7
2005	12,0	5,8
2006	11,9	5,8
2007	9,6	4,4
2008	14,3	6,2
2009	12,9	5,4
2011	14,8	5,7
2012	9,6	4,2
2013	11,6	4,3
2014	12,8	5,4
2015	10,9	3,9
2016	11,9	5,3
2017	10,3	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estadística - Encuesta de Hogares (2017), elaboração da autora.

É possível perceber que a porcentagem das pessoas que são trabalhadores familiares ou aprendizes sem remuneração é maior na zona rural que na zona urbana, e ao observamos a diferença entre homens e mulheres, percebemos que estas estão em maior quantidade.

Tabela 3: Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017

Ano	Mulheres	Homens
2000	71,4	27,7
2001	70,4	31,9
2002	74,7	32,2
2003/2004	58,8	24,5
2005	68,3	30,6
2006	71,1	30,7
2007	65,0	30,2
2008	64,5	28,8
2009	63,2	24,5
2011	65,8	26,6
2012	56,0	21,7
2013	60,4	22,7
2014	66,1	26,5
2015	56,1	19,7
2016	57,2	23,9
2017	55,7	20,4

Fonte: Instituto Nacional de Estadística - Encuesta de Hogares (2017), elaboração da autora.

A partir de 2015 a pesquisa sobre emprego passa a ser a *Encuesta Contínua de Empleo*, e ela mostra tanto os dados mensais como trimestrais de 2015 até o tempo presente. Desta forma, as Tabelas 4 e 5 mostram a distribuição percentual da população classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração na zona urbana e na zona rural, respectivamente, de 2018 a 2021. Como a *Encuesta Contínua de Empleo* é trimestral, serão mostrados dados do 4º trimestre de cada ano.

Tabela 4: Distribuição percentual da população da zona urbana classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4º trimestre de 2018 a 2021

	4T-2018	4T-2019	4T-2020	4T-2021
--	---------	---------	---------	---------

Mulheres	14,12	13,99	15,24	16,61
Homens	7,17	7,47	9,40	11,40

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Continua de Empleo (2022), elaboração da autora.

Tabela 5: Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4º trimestre de 2018 a 2021

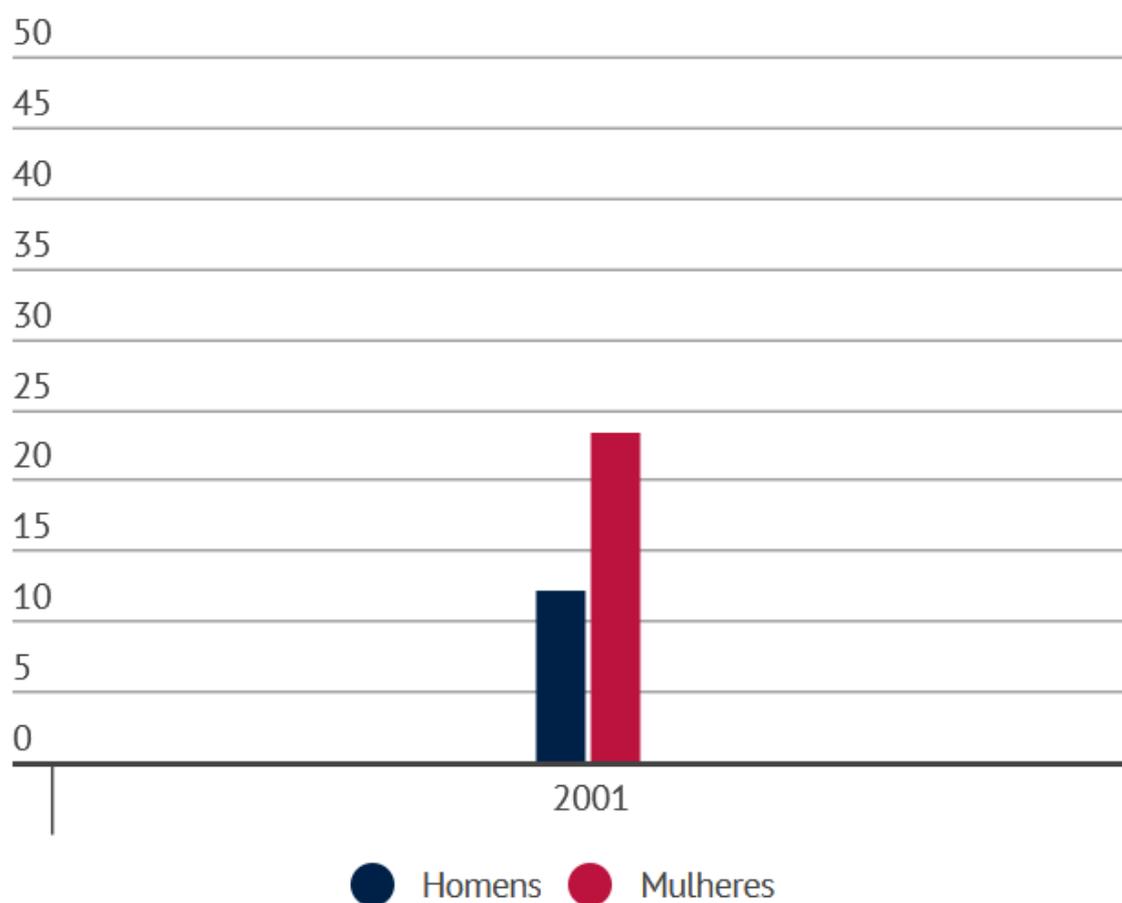
	4T-2018	4T-2019	4T-2020	4T-2021
Mulheres	62,45	51,40	-	52,91
Homens	17,01	15,83	-	13,76

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Continua de Empleo (2022), elaboração da autora.

A *Encuesta Continua* permite obter uma maior riqueza de detalhes, uma vez que seu questionário é mais amplo e busca perceber as diferentes formas e configurações de empregos. Em 2001 foi feita uma pesquisa que trazia mais detalhes do trabalho doméstico. Desta forma, temos dados de proporção de horas dedicadas aos afazeres domésticos segregados por sexo. O Gráfico 4 mostra essa diferença.

Gráfico 5: Bolívia - Proporção de tempo dedicado a afazeres domésticos e de cuidados não remunerados, segundo sexo, em 2001 (em porcentagem)³⁸

³⁸ Este indicador se expressa em porcentagens pois se refere à proporção de tempo, tendo como base o total de 24h, em que o indivíduo gasta realizando atividades domésticas não remuneradas em seu próprio domicílio ou em outros. Ele corresponde ao indicador do ODS 5.4.1 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) cujo objetivo é alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas (CEPAL, 2021).



Fonte: CEPALSTAT - CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022.

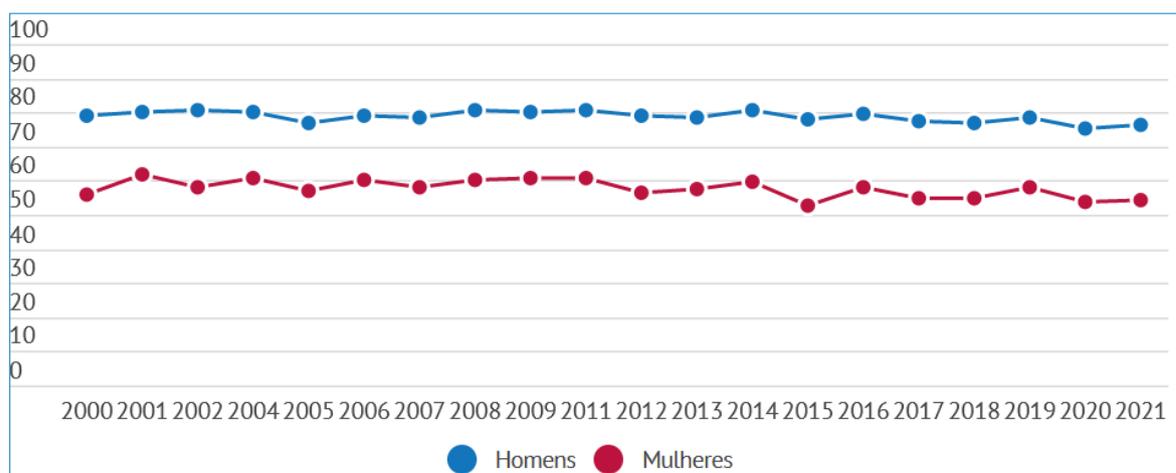
Enquanto os homens dedicam, em média 12,1% do seu tempo, por semana, para a realização das atividades domésticas e de cuidados, as mulheres dedicam 23,3%, quase o dobro do seu tempo para cuidar da casa e de pessoas que necessitem de cuidados como crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Esse indicador se refere ao indicador do Objetivo 5 dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O indicador 5.4.1 pretende mostrar a proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e em prestação de cuidados não pagos para que se possa

“reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.” (ODS, 2022)

De acordo com os dados da pesquisa domiciliar do INE e organizados pela Cepal, a porcentagem de homens ocupados é maior do que a porcentagem de

mulheres ocupadas. Além disso, é possível perceber que há um hiato significativo entre as duas porcentagens. Em 2021 76,2% dos homens estavam ocupados enquanto que esta taxa para as mulheres era de 54,4%, conforme observado no Gráfico 5.

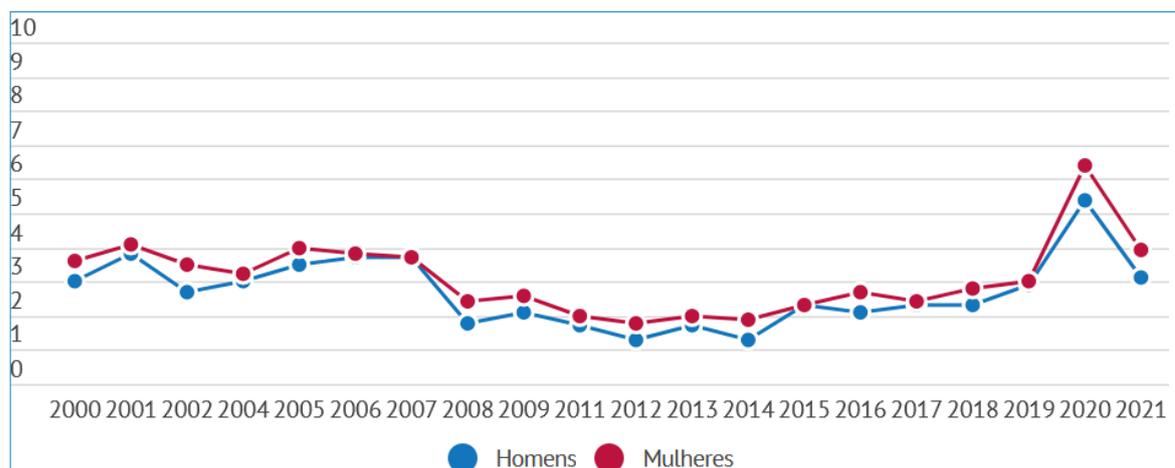
Gráfico 6: Bolívia - Porcentagem de homens e mulheres ocupados entre 2000 e 2021



Fonte: CEPALSTAT - CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022.

Do total da População Economicamente Ativa, a taxa de desocupados entre homens e mulheres varia significativamente com os anos. Entretanto, estão bem próximas, como mostra o Gráfico 6. A taxa de desocupação das mulheres é mais alta do que a taxa de desocupação dos homens, apesar da diferença entre eles não ser tão grande. A partir de 2020 há uma queda na participação da população pois já se percebe os efeitos da pandemia no mercado de trabalho.

Gráfico 7: Bolívia - Porcentagem de Desocupados da População Economicamente Ativa com 15 anos ou mais entre 2000 e 2021



Fonte: CEPALSTAT – CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022

Também como efeito da pandemia de Covid-19, uma elevação na taxa de desocupados tanto dos homens quanto das mulheres no ano de 2020.

4.3 As ocupações informais

O objetivo deste subtópico é compreender melhor como as mulheres estão posicionadas nas ocupações informais. Entende-se por ocupação informal aquela que, para além das baixas remunerações, também expõe os trabalhadores a empregos vulneráveis e precarizados e que são, geralmente, excluídos dos programas de proteção social formais (BARRIENTOS, 2005).

Na Bolívia, e também em outros países, o fato de as mulheres serem casadas as leva para os trabalhos informais, pois, como a ela recai a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, elas acabam exercendo trabalhos informais em seus próprios domicílios e em tempo parcial. Estes trabalhos podem ser artesanais ou até mesmo uma produção industrial caseira, mas o importante é que sejam em suas próprias casas, pois assim conseguem dar conta simultaneamente do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo (FAGALDE, 2004).

A metodologia utilizada pelas publicações estatísticas da Cepal, que se baseia nas pesquisas domiciliares realizadas pelos países, que no caso da Bolívia é o INE, segrega o trabalho informal da seguinte forma:

Microempresa: Empregador; Microempresa: Assalariados (Profissionais e técnicos) e assalariados (Nem profissionais, nem técnicos); Emprego doméstico; Trabalhadores independentes não qualificados: Indústria e construção; Trabalhadores

independentes não qualificados: Comércio e serviços; Trabalhadores independentes não qualificados: Agricultura, pecuária e outros.

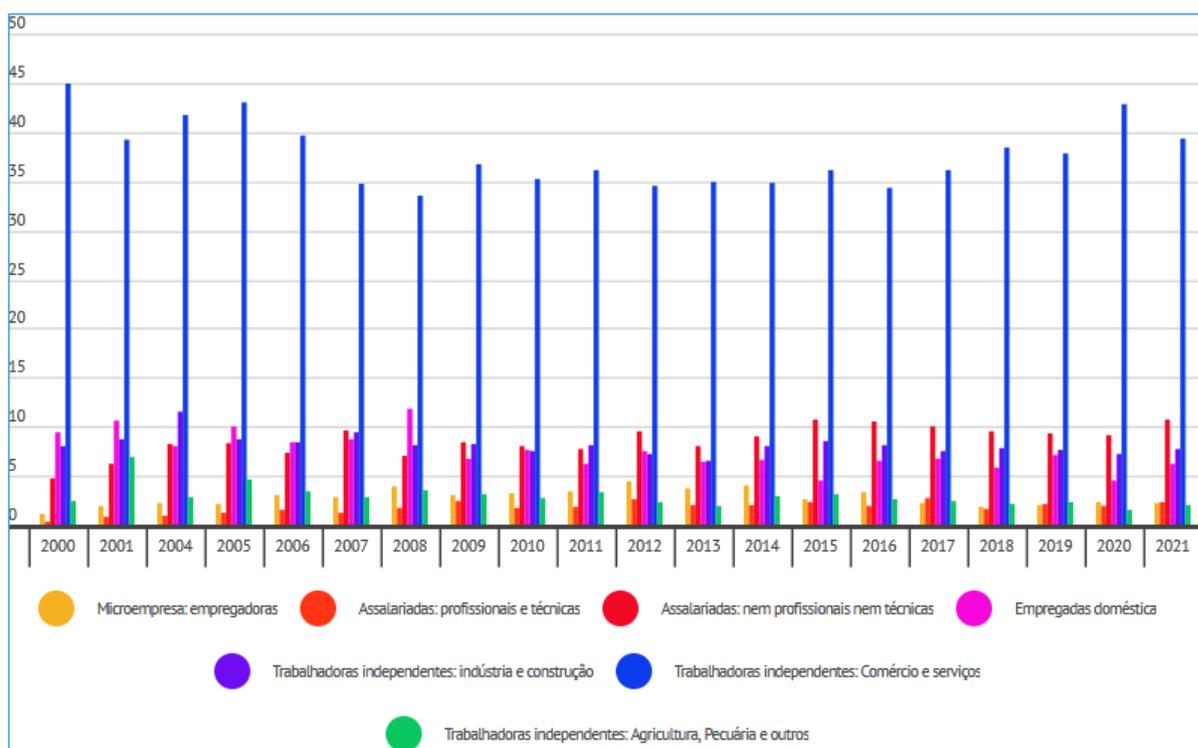
As estatísticas da Cepal definem o trabalho informal como:

“[...] empleos que presentan precariedad desde el punto de vista de los salarios, duración en el tiempo, seguridad social, etc. Se entiende como ocupada en el sector de baja productividad (informal) aquella persona que es empleador o asalariado (profesional y técnico o no) que trabaja en empresas con hasta 5 empleados (microempresas), que trabaja en el empleo doméstico o que es trabajador independiente no calificado (cuenta propia y familiares no remunerados sin calificación profesional o técnica). (CEPALSTAT, 2022).

Esta forma de classificar a informalidade parece mais completa, pois inclui os trabalhadores que estão desprotegidos pela proteção social e inclui os trabalhadores que mesmo assegurados em forma de microempreendedores, e ainda apresentam características da informalidade.

O Gráfico 7 mostra como as mulheres participam do mercado de trabalho informal na Bolívia de acordo com a classificação apresentada acima. É possível perceber que elas estão mais presentes nos cargos que não exigem profissionalização ou níveis elevados de estudo do que nos cargos que exigem. Faz-se necessário lembrar que estes dados são referentes apenas à zona urbana, por isso uma baixa porcentagem na classificação de trabalhadoras independentes na agricultura e pecuária.

Gráfico 8: Bolívia – Participação das mulheres no mercado de trabalho informal de 2000 a 2021 (porcentagem do total da população ocupada urbana)



Fonte: CEPALSTAT – CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022.

Uma vez que sabemos que as mulheres, em grande parte, são trabalhadoras independentes no setor de comércio e serviços, faz-se necessário mencionar o estudo da OIT voltado especialmente para compreender a participação das mulheres que trabalham por conta própria na Bolívia. Segundo a OIT (2022), as mulheres que trabalham por conta própria se organizam em atividades manufatureiras e em atividades de serviços e comércio. As que estão em atividades manufatureiras produzem principalmente artesanatos, transformação simples de produtos e inovação de alguns outros. Como exemplo, temos elaboração de bebidas não alcoólicas, transformação de alimentos, produção de confecções, artigos de couro, fitocosméticos, fabricação de calçados e outros artesanatos. Entretanto, sua grande maioria, está no comércio. Já as mulheres que se organizam em atividades de serviços, grande parte delas são cabeleireiras, trabalham com cuidados com a aparência, cozinham, fazem arranjos de flores e prestam outros serviços de reparos aos domicílios. A pesquisa da OIT publicada em 2022 utiliza tanto dados secundários extraídos do INE, como dados adquiridos através da realização de questionários com um grupo específico de mulheres que trabalham por conta própria. As entrevistas possibilitaram conhecer com maior profundidade a realidade destas mulheres, e elas apresentam uma maior riqueza de detalhes que as pesquisas domiciliares

institucionais. Segundo OIT (2022), as mulheres que participam da atividade de comércio “son mujeres comerciantes minoristas de diversos rubros que se dedican a vender desde alimentos preparados hasta enceres para el hogar, muebles, libros y una amplia gama de productos” (OIT, 2022, p. 39). Elas também comercializam brinquedos, equipamentos eletrônicos, roupas para mulheres e comércio ambulante de diversos itens. Em 2020, de todas as mulheres que estavam trabalhando por conta própria, 74,8% estavam na área de Comércio, Restaurantes e Hotéis; em seguida temos a manufatura, com 13,3% de participação (OIT, 2022).

Algumas características das mulheres que trabalham no comércio e na produção como conta própria estão presentes no estudo publicado em 2022. Quando perguntadas sobre a motivação para terem iniciado um negócio próprio, elas responderam que foram levadas pela necessidade (econômica, psicológica ou social) ou que receberam uma oportunidade de ingresso. De acordo com Zamora (2015, p.48) “en caso de Bolivia, mucho del sector informal es, sin duda, resultado de la falta de oportunidades laborales, es decir de la “exclusión” de muchos trabajadores que desearían ser parte del sector formal.” Segundo López (2011) mudanças demográficas vem ocorrendo nos país da América Latina, especialmente nos países andinos com relação à estrutura das famílias. As famílias estão se tornando cada vez menores e cada vez mais chefiadas por mulheres com uma redução na quantidade de crianças.

Identificou-se que as mulheres começam a se inserir em atividades de comércio por conta própria ainda na infância ou adolescência. Já aquelas que realizam atividades de produção iniciaram esta atividade econômica na juventude ou na vida adulta. Em relação ao tempo em que se dedicam a estes trabalhos, as entrevistas mostraram que as comerciantes trabalham de 14 a 16 horas por dia e as que trabalham com atividades produtivas se dedicam de 12 a 14 horas por dia. Este tempo é uma média, a partir de todas as entrevistas feitas, mas a maioria delas trabalha mais de 12 horas por dia. Para além de uma carga horária extensa, grande parte destas mulheres não descansam assim que chegam em seus lares. Segundo OIT (2022), as mulheres dedicam, em média, 23,5 horas, por semana, ao trabalho doméstico. Desta forma, elas lidam com a falta de tempo para atividades de lazer e descanso e a tentativa de conciliação de afazeres com frequência. O trabalho por conta própria possibilita uma flexibilidade de horários, o que torna a separação entre a vida profissional, social, política, de estudos e a vida pessoal uma realidade distante na

vida destas mulheres. Desta forma, distinguir o tempo que ela gasta com o trabalho remunerado e com as atividades reprodutivas pode ser difícil de ser quantificado, uma vez que, na maioria das vezes, são bastante misturados.

No que se refere à distribuição geográfica, a maioria das mulheres que trabalham por conta própria estão nos departamentos de Potosí, Oruro e La Paz, conforme mostra a Tabela 6.³⁹

Tabela 6: Bolívia - Distribuição geográfica das mulheres que trabalham por conta própria na informalidade em 2015 e 2020 (porcentagem)

Departamento	2015	2020
Potosí	47,7	46,1
Oruro	43,9	45,5
La Paz	43,4	43,9
Chuquisaca	42,7	41,7
Cochabamba	39,1	37,6
Tarija	35,3	37,6
Santa Cruz	31,4	36
Beni	30,5	33,6
Pando	30	30,5

Fonte: OIT, 2022, elaboração da autora.

Um aspecto importante a se analisar quando se fala de trabalho por conta própria é a formalização. Na Bolívia há o NIT (*Número de Identificación Tributaria*), que é o primeiro passo para a contribuição com as obrigações tributárias. Grande parte das mulheres entrevistadas preferem priorizar a licença de funcionamento e outros custos com filiações a associações de comerciantes, pois os encargos exigíveis às

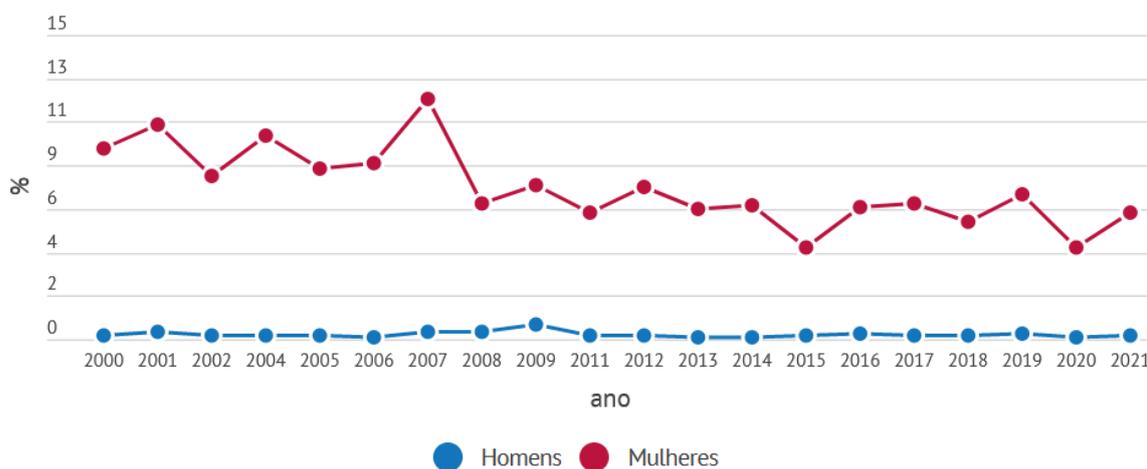
³⁹ A região de Santa Cruz transformou-se no departamento mais dinâmico do país a partir da instauração do neoliberalismo nos anos 90. “Um terço do total da produção nacional, 60% das exportações e a metade do investimento externo encontram-se na região leste” (LINERA, 2015). Tendo em vista a formação histórica deste país, faz-se necessário trazer que existem diferenças sociais e econômicas entre os departamentos. De acordo com o Censo 2012, o índice de indigência mais alto se encontra em Potosí, com 17,8%, sendo também o maior índice de marginalidade dentre os departamentos. Em relação ao acesso à saúde pública e à educação, percebe-se que os departamentos com mais áreas urbanizadas são os que possuem maior acesso (ver esses e outros dados sociais nos Anexos).

empresas que possuem o NIT são considerados ainda altos para seus empreendimentos que ainda são pequenos.

Encontrou-se diversos aspectos que afetam a transição das mulheres para a formalidade, tanto os fatores vinculados à atividade econômica quanto os fatores vinculados à economia do cuidado. Os principais mencionados foram: dificuldades na gestão dos documentos formais (NIT, autorização municipal, licença de funcionamento, registro sanitário etc), falta de informação em como obter esses documentos, falta de apoio com a educação dos filhos no sentido de oferecimento de creches, falta de restaurantes populares. Por outro lado, elas também reconhecem a importância da formalização, pois assim terão acesso a serviços financeiros, a serviços de informação e capacitação, acesso a matéria-prima de forma coletiva, e por fim, acesso à seguridade social (OIT, 2022).

Uma outra ocupação que é majoritariamente ocupada por mulheres é o trabalho doméstico. O Gráfico 8 mostra a porcentagem de mulheres e homens que realizam atividades domésticas em casas de forma remunerada.

Gráfico 9: Bolívia - Porcentagem de ocupados em empregos domésticos entre 2000 e 2021



Fonte: CEPALSTAT – CEPAL - NAÇÕES UNIDAS, 2022.

É perceptível a diferença de participação entre os dois sexos no trabalho doméstico. Apesar de, em 2003, a Bolívia ter promulgado a lei que estabelece direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, com o tempo percebeu-se que a maioria delas ainda permanece na informalidade (MOGROVEJO e MENDIZABAL, 2015). E

até mesmo as trabalhadoras domésticas que são regulamentadas de acordo com a *Ley de Regulación del Trabajo Asalariado del Hogar* estão desassistidas do sistema previdenciário pois essa lei não obriga o empregador depositar a porcentagem que seria referente ao seu fundo de garantia de aposentadoria (LÓPEZ, 2011). Isto é, estas trabalhadoras sequer terão direito à aposentaria quando estiverem com a idade mais avançada, a não ser que façam sua cota de forma individual.

No que se refere à idade das trabalhadoras domésticas, 72,4% possuem de 15 a 44 anos de idade, 21,1% possuem de 45 a 59 anos de idade e 3,1% possuem mais de 60 anos. Este é um tipo de emprego em que há uma participação significativa de crianças, 3,4% delas possuem menos de 15 anos de idade. A participação de crianças no trabalho doméstico na área rural é ainda maior, 6,1% delas possuem menos de 15 anos e estão realizando afazeres domésticos (MOGROVEJO e MENDIZABAL, 2015).

“De esta manera el trabajo de las mujeres queda invisibilizado tras la cortina de las actividades domésticas, y generalmente se realiza en el sector informal. El acceso a un trabajo formal (empleo) se hace más difícil, no sólo por la falta de oportunidades en el mercado de trabajo sino por los significados que las sociedades le otorgan a la relación de las mujeres con la esfera laboral. Esta significación es parte de las propias mujeres, reproduciéndose de generación en generación.” (FAGALDE, 2004, p. 12)

O ano de 2020 é marcado por uma queda na porcentagem de mulheres realizando trabalho doméstico e isso se deve à chegada da pandemia, que gerou a perda de muitos empregos, incluindo aí o emprego doméstico.

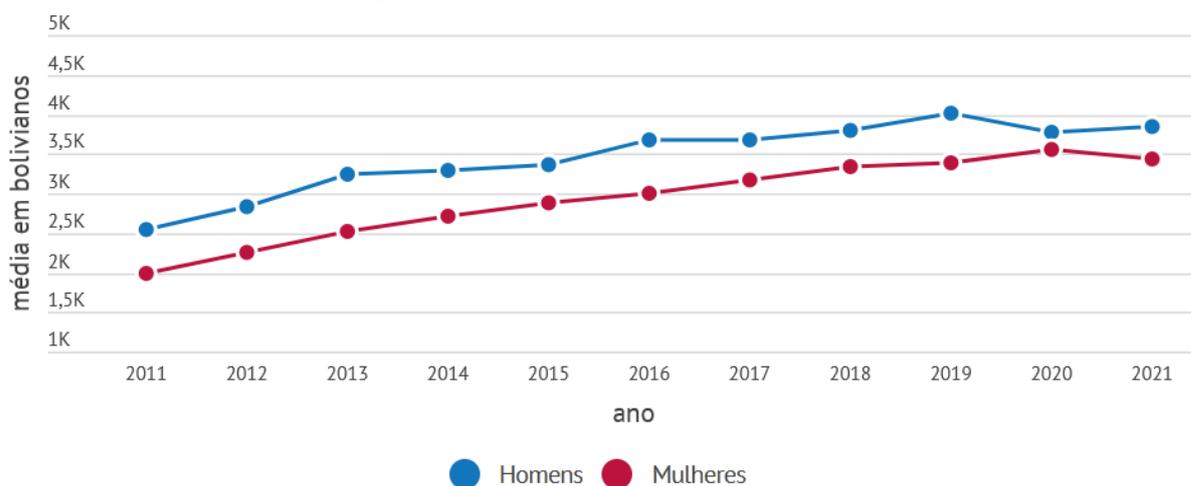
4.4 Rendimentos das mulheres na informalidade

As condições de desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho são um fato conhecido e a materialização desta desigualdade está na diferença salarial e nas condições de trabalho. De acordo com a lei, não há condições diferenciadas, mas a realidade mostra algo diferente (LÓPEZ, 2011).

A despeito dos avanços das mulheres no mercado de trabalho, a brecha salarial ainda é uma realidade neste país e no mundo. E segundo López (2011) é preciso desmistificar a ideia de que as mulheres recebem menos porque ocupam, em sua maioria, empregos com baixa produtividade, ou seja, empregos informais. Elas estão, em sua maioria, na informalidade porque não há empregos formais disponíveis, e os que há, são reservados aos homens e estão ocupados por eles. Como já mencionado anteriormente, elas são levadas à informalidade, pois a necessidade as leva a isso, e

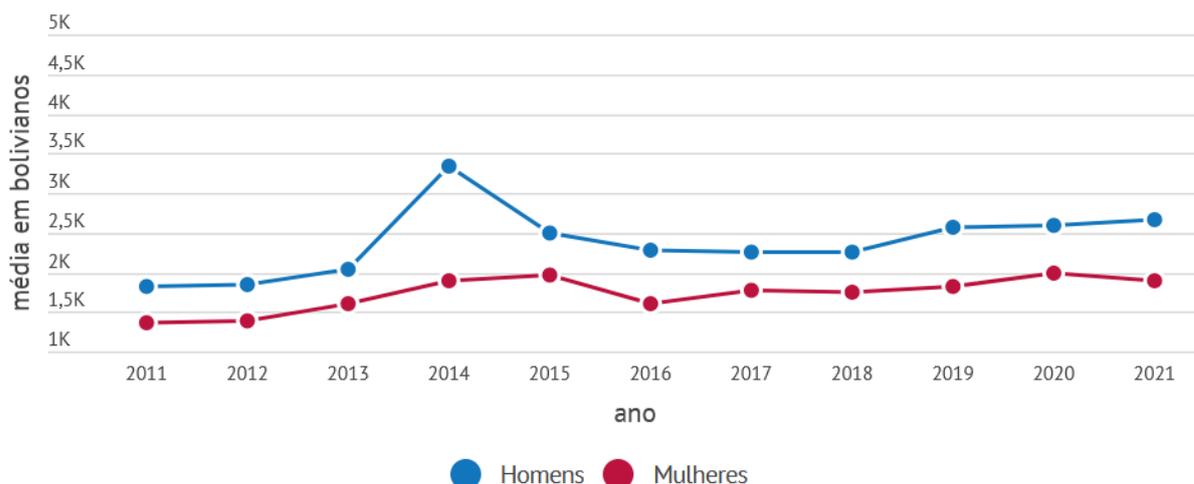
quando ocorre de elas “escolherem” um trabalho informal, elas escolhem por conta da flexibilidade de horários para que consigam dar conta dos afazeres domésticos e de cuidados. Eis o porquê a questão do trabalho reprodutivo é imprescindível para se compreender a participação das mulheres no mercado de trabalho informal. E quanto aos rendimentos, não importa a posição que as mulheres ocupem e a escolaridade que possuam, elas sempre ganham menos. Os gráficos 9, 10 e 11 mostram o rendimento médio, em bolivianos, dos(as) trabalhadores(as) de acordo com três tipos: operários(as) e empregados(as), trabalhadores(as) por conta própria e trabalhadores(as) domésticos. Em todos os três tipos é possível perceber que em alguns anos há uma brecha menor, em outros uma brecha maior, mas mulheres estão sempre recebendo menos que os homens.

Gráfico 10: Bolívia – Rendimento médio em bolivianos de operários(as) e empregados(as) por sexo entre 2011 e 2021



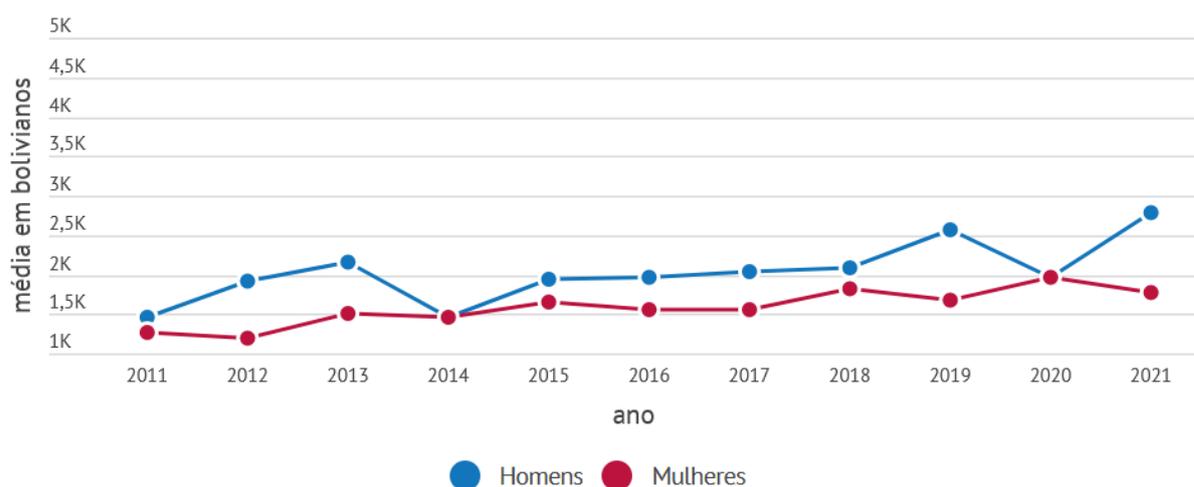
Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Continua de Empleo (2022), elaboração da autora.

Gráfico 11: Bolívia – Rendimento médio em bolivianos de trabalhadores(as) por conta própria por sexo entre 2011 e 2021



Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Continua de Empleo (2022), elaboração da autora.

Gráfico 12: Bolívia – Rendimento médio em bolivianos de trabalhadores(as) domésticos(as) por sexo entre 2011 e 2021



Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Continua de Empleo (2022), elaboração da autora.

4.5 Seguridade Social

A Seguridade Social é uma política pública social fundamental para a vida dos trabalhadores, uma vez que as pessoas envelhecem, ficam doentes e sofrem acidentes de trabalho e no caso específico das mulheres, estas engravidam e amamentam. E quando esses fatos ocorrem, os trabalhadores e trabalhadoras devem ser amparados pelo Estado quando precisam ser afastados de seus trabalhos (López, 2011).

O atual sistema de seguridade social da Bolívia existe desde a promulgação do Código de Seguridade Social da Bolívia que foi sancionado pelo Congresso Nacional em 1956. Este sistema tem como princípios: a solidariedade econômica e social, a

universalidade na aplicação e unidade de gestão (CHACÓN & VALVERDE, 2009). O artigo 158 da Constituição Política da Bolívia assegura o direito à seguridade social, isto é, é dever do Estado proteger a saúde da população. A Convenção 102 da OIT estabelece nove contingências que são consideradas como padrão mínimo para que se tenha uma vida digna a partir da assistência da previdência social. Destas nove contingências, a Bolívia inclui oito delas, que são: doença, maternidade, riscos na profissão de curto e longo prazo, invalidez, velhice, morte, abonos familiares e habitação social (CHACÓN & VALVERDE, 2009).

Em 1996 é criado o *Seguro Nacional de Maternidad y Niñez*, cujo objetivo principal é diminuir significativamente a mortalidade materna, perinatal e de crianças. Na Tabela 7 é possível perceber a redução significativa na mortalidade infantil com o passar dos anos.

Tabela 7: Bolívia – Mortalidade Infantil de 1989 a 2016 (quantidade de crianças a cada 1000 nascidas vivas)

	1989	1994	1998	2003	2008	2016
Mortalidade Neonatal ⁴⁰	-	41	34	27	27	15
Mortalidade Infantil (1q0) ⁴¹	96	87	67	54	50	24
Mortalidade Pós-infantil (4q1) ⁴²	51	50	26	23	14	4

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuestas de Demografía y Salud (2022), elaboração da autora

O governo do MAS tinha como objetivo dar uma atenção completa às políticas públicas de inclusão social e é possível perceber que a quantidade de crianças mortas reduziu significativamente ao compararmos o ano de 2008 e de 2016. Para além disso, a descentralização do Sistema Nacional de Saúde possibilitou que estes serviços chegassem efetivamente à população de grande parte dos municípios bolivianos

⁴⁰ Mortalidade Neonatal se refere ao número de crianças recém-nascidas que morrem durante os 28 primeiros dias de vida. Este número se refere à quantidade de crianças que morrem a cada 1000 nascidos vivos (INE, 2022).

⁴¹ Este número se refere à quantidade de crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade (INE, 2022).

⁴² Este número representa a quantidade de crianças que morrem entre 1 e 5 anos de idade em relação à 1000 crianças nascidas vivas (INE, 2022).

(CHACÓN & VALVERDE, 2009). O serviço público de saúde é acessível a todos os cidadãos, mas é importante destacar a prioridade que este país dá às crianças, às mulheres grávidas e em fase de puerpério.⁴³

Faz-se necessário compreender de onde vem a renda para o financiamento de todo o sistema de seguridade social neste país. De acordo com Chacón & Valverde (2009),

Las prestaciones de salud, las asignaciones familiares y las correspondientes al nuevo régimen de pensiones se financian mediante una modalidad contributiva; las dos primeras utilizando el sistema financiero de reparto simple, y las terceras en base al sistema de capitalización. En el seguro de riesgos profesionales, se aplica el sistema financiero de reparto de capitales (Chacón & Valverde, 2009, p.30)

Uma parte do valor para o financiamento da seguridade social vem do trabalho, ou seja, vem tanto do empregador quanto do empregado, e isso ocorre quando as relações trabalhistas estão de acordo com a lei, quando são vínculos formais de emprego. Quando há uma alta quantidade de empregos informais, a fonte de financiamento cai, contribuindo assim para um menor investimento no setor de seguridade social (CHACÓN & VALVERDE, 2009).

Zamora (2015) faz um estudo acerca do emprego das mulheres na Bolívia e uma parte dele é destacada pela descrição da qualidade dos empregos destas mulheres. A metodologia adotada por ela, inspirada nas diretrizes da OIT, considera quatro aspectos para se diferenciar um bom emprego e um ruim. O primeiro aspecto é a renda, ela supõe que um salário alto está associado a um bom emprego. O segundo aspecto é acesso à aposentadoria, ou seja, se o trabalho é assegurado pelas leis trabalhistas. O terceiro aspecto é o tipo de vínculo com o trabalho, um trabalho com contratos frágeis e que reflete instabilidade, traz más condições de trabalho às mulheres e, portanto, é considerado um emprego ruim. E por fim, ela considera que o fato de as trabalhadoras serem sindicalizadas é indicativo de um bom emprego, pois elas são incentivadas a conhecerem seus direitos e lutar por eles (ZAMORA, 2015).

Os dados que objetivavam quantificar a qualidade do emprego no ano de 2012 mostraram que os vínculos de trabalho ainda são frágeis, as mulheres, em sua maioria, estão desseguradas pelo Estado e a afiliação a sindicatos é baixa (ZAMORA, 2015).

⁴³ Em 2002 foi aprovada a lei que criou o Seguro Universal Materno Infantil (SUMI) que é um seguro focado em mulheres grávidas e crianças de até 5 anos que estão em situação de vulnerabilidade social (CHACÓN & VALVERDE, 2009).

Há diversos estudos acerca da Seguridade Social na Bolívia e América Latina⁴⁴. O objetivo deste subtópico foi trazer apenas um panorama sobre o assunto, uma vez que também existe relação com o mundo do trabalho.

⁴⁴A Organização Social Protection lança anualmente relatórios acerca da temática. Para ver mais acesse: < <https://socialprotection.org/>>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade de participação das mulheres no mercado de trabalho informal da Bolívia é marcada por muita precariedade, por jornadas extensivas de trabalho, por baixas remunerações, por desproteção social e total vulnerabilidade. Esta pesquisa intentou analisar como ocorre a participação das mulheres no mercado de trabalho informal neste país. Tendo em vista o fato de a pesquisa não ter sido realizada no país, observou-se a realidade a partir de dados e publicações feitas por instituições especializadas no assunto como a OIT, Cepal, ONU Mulheres, Rede WIEGO e Rede REMTE.

Para compreender melhor a realidade, fez-se necessário compreender o ponto de partida teórico escolhido para se problematizar a presença das mulheres em empregos precários, mal pagos e de pouco prestígio. A sociedade capitalista e patriarcal determina papéis sociais e econômicos para os homens e as mulheres. E nessa divisão há hierarquia, desigualdade e violências. Com o surgimento e as transformações no sistema capitalista, as mulheres, em diferentes épocas, cumpriram e cumprem papéis que servem ao capitalismo, propiciando aumento nos lucros dos donos do capital. Isto é, quando foi útil que elas trabalhassem em fábricas, elas estavam massivamente no mercado de trabalho, quando foi útil que elas se mantivessem em casa cuidando das atividades domésticas e de cuidado, assim permaneceram por muito tempo e até hoje muitas ainda permanecem.

Tendo em vista a polissemia do termo informalidade e sua heterogeneidade na contemporaneidade, fez-se necessário também abordar as discussões acerca da mensuração e da evolução de sua concepção, tanto no âmbito da OIT quanto fora dele. Desta forma, dedicou-se uma seção do capítulo 2 para compreender melhor essa discussão.

O capítulo 3 objetivou apresentar o contexto histórico, social e econômico da Bolívia desde a sua origem. Uma vez que estamos falando da realidade da última década deste país, faz-se necessário compreender sua história de guerra, conquistas, ditadura e revoluções, pois assim podemos ter uma melhor compreensão dos aspectos sociais que envolvem o país estudado.

Por fim, e não menos importante, no capítulo 4 observou-se como as mulheres participam do mercado de trabalho informal através de dados disponíveis na Cepal e na OIT que são provenientes do INE. Os dados mostram que as meninas e mulheres são maioria nos trabalhos não remunerados em casa ou no campo, e no ano de 2020

e 2021 essa quantidade cresceu em relação ao ano anterior, e isso se deve à maior presença de pessoas em casa e à perda de postos de trabalho por conta da pandemia de Covid-19. Entretanto, a estrutura patriarcal em que vivemos direciona estes trabalhos sem remuneração e desprestigiados às mulheres. Se todos precisam e dependem do trabalho de cuidados porque só as mulheres o realizam? E ao observar o rendimento das mulheres, estes são mais baixos que os dos homens em todas as categorias apresentadas no estudo. Dentre as categorias de trabalho informal disponibilizadas pela Cepal, percebe-se que as mulheres estão mais presentes em atividades por conta própria e grande maioria delas estão na área de comércio e serviços (OIT, 2022).

A situação de trabalho das mulheres na Bolívia é de precariedade e baixos rendimentos. As principais motivações para a presença delas neste mercado é a necessidade (falta de empregos formais) e a flexibilidade de horários no trabalho, para que elas consigam conciliar com as atividades domésticas e de cuidados em suas casas (WORLD BANK, 2011). E a precarização destes trabalhos ocupados pelas mulheres é um resultado do modelo neoliberal implantado na América Latina nos anos 90, cujas condições de trabalho que antes já eram deterioradas se tornaram ainda piores.

A heterogeneidade do mercado de trabalho informal é uma realidade no mundo do trabalho da Bolívia. Desta forma, para que se pense em políticas públicas para esses trabalhadores, é preciso pensar em seus grupos de forma diferenciada, levando em consideração as diferenças entre a estrutura urbana e rural do país. E mais urgente que isso, é preciso levar em conta o fator gênero, idade, e etnia, pois estes grupos possuem necessidades diferenciadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Lais Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Doi:10.11606/T.8.2007.tde-23102007-141151. Acesso em 29 de novembro de 2022.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos. Fundamentos históricos da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher: algumas notas. **Revista HISTEDBR on-line**, v.11, n.41, p.174-187, 2011.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. **Cadernos de Ciências Sociais**. Fundação ABC. Vol. 3., p. 91-133, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARÉVALO LUNA, Guillermo Alexander. Economía y política del modelo boliviano 2006-2014: evaluación preliminar. **Apuntes del CENES**, v. 35, n. 61, p. 147-174, 2016.
- ARGUEDAS, Alcides. **Historia general de Bolivia**. Gisbert, 1975
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thiti. **Teoría de la Reproducción Social. Elementos Fundamentales para un feminismo marxista**. ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda, ano VIII, n. 16, p.37-69, 2020.
- ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. Tradução: Murillo van der Laan. **Cadernos Cemarx**, nº 10, 2017.
- ÁVILA, Eduardo Chaparro. **La mujer en la pequeña minería de América Latina: El caso de Bolivia**. Chile: Cepal, 2005.
- BANGASSER, Paul E. **The ILO and the informal sector: an institutional history**. Geneva: ILO, 2000.
- BARRAGÁN, Rossana. Una Sociedad organizada y combativa: dinámica indígena, gremial y sindical. ROMANO, Rossana B.; GARRETT, Ana María L.; PARADA, Pilar Mendieta (Orgs.). **Bolivia, su historia: TOMO IV Los primeros cien años de la República 1825-1925**. Coordinadora de Historia: Bolivia, 2015.
- BARRIENTOS, Armando. Social protection and informal employment in Latin America: from the weak to the strong? KUDVA, Neema; BENERÍA, Lourdes (Orgs.)

Rethinking informalization: poverty, precarious jobs and social protection. Cornell University, New York, 2005.

BHATTACHARYA, Tithi. Explaining gender violence in the neoliberal era. **International Socialist Review**, v. 91, p. 2013-2014, 2013.

BENANAV, Aaron. **The origins of informality: the ILO at the limit of the concept of unemployment.** *Journal of Global History*, 14:1, p. 107-125, 2019.

BENSTON, Margaret. The political economy of women's liberation. **Monthly Review**, v. 41, n. 7, p. 31-44, 1969.

BOLIVIA. **Guia de derechos laborales. Ministerio del Trabajo, Empleo y Previsión Social.** La Paz: Biblioteca Laboral del Ministerio del Trabajo, Empleo y Previsión Social, 2020.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista.** Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, Belém, Anais. v.3. p. 2059-2074, 1999.

CAMACHO, José Maria. **Compendio de História de Bolívia.** La Paz: Tipografia Comercial, 1896.

CARR, Marilyn; CHEN, Martha. **Globalization and the Informal Economy: How Global Trade and Investment Impact on the Working Poor, Working Paper on the Informal Economy Working.** No. 1 INTEGRATION. Geneva: ILO, 2001.

CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro. World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy. **The informal economy: Studies in advanced and less developed countries**, v.12, 1989.

CHACÓN, Gustavo Picado; VALVERDE, Fabio Durán. **República de Bolívia: Diagnóstico del Sistema de Seguridad Social.** Lima: OIT/ Oficina Subregional para los países andinos, 2009.

CHANT, Sylvi; PEDWELL, Carolyn. **Women, gender and the informal economy: an assessment of ILO research and suggested ways forward.** Geneva: ILO, 2008

CHEN, Martha Alter. **La economía informal: definiciones, teorías y políticas.** Documento de Trabajo de WIEGO n.1, 2012.

COMISSÃO ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Base de dados y publicaciones estadísticas. **CEPALSTAT**, 2021.

DALLA COSTA, Mariarosa. **Mulheres e a subversão da comunidade.** Recuperado de: <https://medium.com/qg-feminista/mulheres-e-a-subvers%C3%A3o-da>

comunidade-de-mariarosa-dalla-costa-b7449ee52519. Acesso em 22 de novembro de 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, [1845], 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, 1975.

ESCANILLA, Silvia. Hacia una nueva cronología de la Guerra de independencia en el Perú. En C. McEvoy y A. Rabinovich (eds.). **Tiempo de guerra: Estado, nación y conflicto armado en el Perú, siglos XVII-XIX**. Lima, Perú: IEP, p. 111-137, 2018.

ESCOBAR, A. **Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2004.

FAGALDE, Elizabeth Andía. **Participación de la mujer en actividades de maquila y subcontratación en la ciudad de El Alto: Estudios de caso en textiles, artesanía y joyería**. Cuaderno de Trabajo n. 9, La Paz: RED, 2004.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, 2017.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Aldo Durán. Bolívia: duas revoluções nacionalistas?. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v.33, 2008.

HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 1, 1973.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. SARGENT, Lydia (Org.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism**. Montreal: Black Rose Books, 1981.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, v.11, n.21, p. 24-41, 2009.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Revista Análise**, n. 7, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, n.53, v.1, 2020.

IBGE. Desemprego. [S.l.: s.n.], [2021?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA (IICA). **Economía y Sociología Campesina**. IICA, 1998.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. International Labour Office, 1972.

ILO, ILOSTAT explorer. Labour force participation rate by sex, age and marital status (%) – Annual, 2019.

JEMIO, Luis Carlos. **Reformas, crecimiento, progreso técnico y empleo en Bolivia**. Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1999.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo Neodesenvolvimentismo Socialismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. EMILIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafio para as Políticas Públicas**. Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, n. 3, p. 55-64, 2003.

KLEIN, Herbert S. **História da Bolívia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

KOLLONTAI, Alexandra. **Comunismo e Família**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

KREIN, José Dari. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v.2, n. 3, p. 6-25, 2013.

KUDVA, Neema; BENERÍA, Lourdes. **Rethinking informalization: poverty, precarious jobs and social protection**. Cornell University, New York, 2005.

LINERA, Álvaro García. **Tensões criativas da revolução: a quinta fase do processo de transformação**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LINERA, Álvaro García. **Portal Latinoamericano. Bolivia: una democracia amenazada. USP.** Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-bolivia>. Acesso em: 6 de abril de 2023.

LÓPEZ, Graciela Raquel. **Reflexiones y propuestas sobre el régimen laboral y de seguridad social con perspectiva de género.** Red Boliviana de Mujeres transformando la Economía (REMTE), La paz, 2011.

LOS NUESTROS Juana Azurduy. Produção de Luciano Teixeira, Pedro Cruz, Maicon Claudio da Silva, Noberto Siemann e Elaine Tavares. Santa Catarina: Instituto de Estudos Latino-Americanos UFSC, 2017. 1 vídeo (1 minuto e 2 segundos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2e3xp70KjG4&t=50s>>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

LUZ, Davi Antunes da; SILVA, Lucas Lima da. **Bolívia em disputa: das comunidades andinas à revolução de 1952.** Revista Katálysis. Florianópolis, v.24, n. 3, p.491-500, 2021.

MAHLER, Anne Garland. **Global South – Oxford Bibliographies**, ed. Eugene O'Brian, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options.** Durham: Duke University Press, 2011.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Gênero**, v. 7, n. 1, 2006.

MOGROVEJO, Rodrigo; MENDIZABAL, Joel. **Perfil Sociodemográfico y Económico de las trabajadoras del hogar en Bolivia, con énfasis en la cobertura de seguridad social.** La Paz: OIT/Oficina para los países andinos, 2015.

MORAIS, Aurora Maria de; SILVA, Wellen Ribeiro da; SILVA, Marco Túllio Brazão. **Consenso de Washington: precarização do trabalho docente de ensino superior no Brasil.** Revista Educação: Teoria e Prática. Rio Claro, v. 30, n. 63, 2020.

MORTON, Peggy. A woman's work is never done. **From feminism to liberation**, p. 211-227, 1971.

MOSER, Caroline O.N., Informal sector or petty commodity production: dualism or dependence in urban development?. **World Development**, v.6, n. 9-10, p.1041-1064, 1978.

NUN, José. **Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal;** Revista Latino-Americana de Sociología. Buenos Aires, v. 5, n. 2, 1969

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Objetivo 5**. Disponível em: <<https://ods.pt/objectivos/5-igualdade-de-genero/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do Trabalho**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Organização Internacional do Trabalho. **Mujeres y hombres en la economía informal: un panorama estadístico (tercera edición)**. Ginebra: OIT, 2018.

OIT; ONU Mujeres; PNUD. **Caracterización de mujeres cuentapropistas informales en Bolivia. Estudio comprensivo**. Bolivia: OIT, 2022.

O'LEARY, Zina. **The essential guide to doing research**. Londres: SAGE, 2004.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

POCHMANN, Marcio. **O sindicato tem futuro?** São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

PREALC. **Sector informal funcionamiento y políticas**. Preal (Promoción de la Reforma Educativa en América Latina), 1978.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires: Argentina, 2005.

REINAGA, Fausto. **La revolución india**. La Paz: WA-GUI, 1970.

ROTH, Eric; GARCÍA, Maria Fernanda. La educación virtual en casa: percepciones parentales y conflictividad familiar en Bolivia durante la covid19. **Ajayu**, v. 20, n.1, p.123-142, 2022.

RUFFA, Chiara. Case study Methods: Case Selection and Case Analysis. In: CURINI, Luigi; FRANZESE, Robert (Orgs.). **The SAGE Handbook of Research Methods in Political Sciences and International Relations**. Londres: SAGE, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEN, Pronab; KOLLI, Ramesh. **Delhi Group on Informal Sector – Contribution and Present Status**. IARIW-SAIM Conference, Kathmandu, 2009.

SETHURAMAN, Salem V. The urban informal sector: Concept, measurement and policy. **Int'l Lab. Rev.** v.114, p.69, 1976.

STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. **Lutas Sociais**, n.24, p. 155-131, 2010.

TAPIA, Luis. La cuarta derrota del neoliberalismo en Bolivia. **OSAL**, v. 6, n. 17, p. 153-158, 2005.

TOKMAN, Victor E. An Exploration into the Nature of Informal—Formal Sector Relationships in Saha, D., Decent Work for the Street Vendors in Mumbai, India—A Distant Vision. **Journal of Workplace Rights**, v.14, n.2, p. 229-250, 1978.

URQUIDI, Manuel; TEJERINA, Verónica; RAPHAEL, Mariana; DURAND, Guillaume. **Trabajar y ser mujer en Bolivia**. Washington DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2020.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of Women**. New Brunswick. 1983.

WANDERLEY, Fernanda; COSSIO, Horácio Vera. **Las dinâmicas del mercado de trabajo em Bolívia 2005-2015**. Documento de trabajo no 01/17. Universidad Católica Boliviana. Instituto de Investigaciones Socio-Económicas (IISec), La Paz, 2017.

WEXLER, Berta. Juana Azurduy y sus amazonas en el ejército revolucionario. **La Aljaba**, v. 6, 2001.

WIEGO. **About us**. Disponível em: <<https://www.wiego.org/about-us>>. Acesso em 22 de maio de 2022.

WORLD BANK. **World development report 2012: Gender equality and development**. The World Bank, 2011.

ZAMORA, Elizabeth Jimenez. **La evolución del empleo de las mujeres en Bolivia: Avances y desafíos (2001-2012)**. La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE), 2015.

ZETKIN, Clara. A luta contra a opressão da mulher e o trabalho revolucionário. In: _____. **Escritos escolhidos**. São Paulo: Editora Sundermann, 2011. p. 145-165.

ANEXO A – TABELA COM DADOS SOBRE POBREZA DA BOLÍVIA POR DEPARTAMENTOS

Cuadro N° 3.06.02.02

BOLIVIA: POBLACIÓN POR CONDICIÓN DE NECESIDADES BÁSICAS INSATISFECHAS, SEGÚN DEPARTAMENTO, CENSO 2012 (En porcentaje)

DEPARTAMENTO	TOTAL	NO POBRES		POBRES		
		Necesidades Básicas Satisfechas	Umbral de la Pobreza	Pobreza Moderada	Indigencia	Marginalidad
BOLIVIA	100,0	25,2	29,9	35,3	9,2	0,4
Chuquisaca	100,0	21,9	23,5	38,2	15,6	0,7
La Paz	100,0	26,5	27,2	35,3	10,6	0,4
Cochabamba	100,0	25,9	28,7	35,2	9,7	0,5
Oruro	100,0	25,5	27,6	34,4	12,1	0,5
Potosí	100,0	17,1	23,2	40,9	17,8	1,1
Tarija	100,0	27,9	37,5	31,3	3,2	0,1
Santa Cruz	100,0	28,1	36,4	31,7	3,7	0,1
Beni	100,0	16,0	27,5	45,9	9,5	1,0
Pando	100,0	14,4	26,7	47,0	11,2	0,6

Fuente: Instituto Nacional de Estadística - Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas (UDAPE)

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Bolívia – 2022

ANEXO B – TABELA COM DADOS DE COBERTURA DE SAÚDE DA BOLÍVIA POR DEPARTAMENTOS



CUADRO N° 3.05.03.03
BOLIVIA: COBERTURA DE SALUD, SEGUN DEPARTAMENTO Y SECTOR, 2011-2021
(En miles y porcentaje)

DEPARTAMENTO Y SECTOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
BOLIVIA	10.403	10.574	10.790	10.896	11.046	11.216	11.371	11.533	11.749	11.904
Público ⁽¹⁾	30,39	36,23	31,80	29,91	33,44	33,41	35,97	65,40	69,99	80,85
Privado	2,18	1,50	1,33	1,30	1,36	1,23	0,98	0,93	0,52	0,33
Otro	0,23	0,19	0,15	0,39	0,06	0,10	-	0,04	0,01	0,04
Ninguno	67,20	62,08	66,73	68,41	65,15	65,26	63,02	33,64	29,48	18,78
Chuquisaca	598	603	607	613	618	623	628	634	650	657
Público ⁽¹⁾	31,79	35,33	35,04	30,60	36,13	44,71	44,59	84,81	87,32	90,78
Privado	0,49	2,32	0,94	0,63	0,93	0,62	0,13	0,37	0,76	0,15
Otro	-	0,64	0,37	0,42	0,27	-	-	-	-	-
Ninguno	67,71	61,70	63,65	68,36	62,68	54,66	55,28	14,82	11,92	9,07
La Paz	2.772	2.792	2.812	2.830	2.848	2.873	2.892	2.914	3.008	3.034
Público ⁽¹⁾	29,57	34,63	28,07	29,46	31,71	27,20	28,25	64,60	71,95	80,75
Privado	1,69	0,94	0,96	0,86	1,47	0,77	0,91	0,57	0,41	0,25
Otro	0,26	-	0,21	0,42	0,11	-	-	0,02	0,01	0,12
Ninguno	68,49	64,38	70,76	69,26	66,71	71,99	70,83	34,82	27,62	18,88
Cochabamba	1.816	1.845	1.870	1.900	1.927	1.956	1.983	2.011	2.070	2.098
Público ⁽¹⁾	22,33	28,97	24,31	23,90	21,99	22,06	23,30	67,09	72,24	86,02
Privado	1,83	1,06	1,37	1,95	1,48	1,56	1,56	0,62	0,46	0,18
Otro	-	0,05	-	0,45	-	0,09	-	-	0,01	-
Ninguno	75,84	69,92	74,28	73,70	76,53	76,30	75,11	32,29	27,29	13,80
Oruro	504	510	516	522	528	534	541	547	546	550
Público ⁽¹⁾	35,65	42,97	34,93	27,77	29,78	25,15	34,37	73,06	75,14	91,08
Privado	1,60	1,08	0,41	0,30	1,19	0,49	0,13	0,09	0,09	-
Otro	0,11	-	-	0,10	0,06	0,08	0,08	-	0,11	-
Ninguno	62,64	55,95	64,67	71,83	68,96	74,28	65,41	26,86	24,66	8,92
Potosí	850	857	863	870	877	884	890	897	903	911
Público ⁽¹⁾	25,52	36,68	30,57	27,31	27,64	40,23	44,84	81,09	86,82	94,06
Privado	2,91	0,93	0,50	0,88	0,90	1,46	0,16	0,25	0,17	0,06
Otro	0,15	-	0,12	0,09	-	0,74	-	-	-	-
Ninguno	71,42	62,40	68,81	71,72	71,46	57,58	55,00	18,66	13,01	5,88
Tarja	507	518	528	538	548	558	567	577	586	595
Público ⁽¹⁾	80,59	89,48	86,93	84,72	87,35	80,40	78,64	84,36	84,76	88,74
Privado	3,24	0,70	2,05	1,09	1,33	1,47	0,07	0,72	0,24	0,47
Otro	0,56	-	-	0,41	-	-	-	-	-	-
Ninguno	15,61	9,83	11,02	13,77	11,29	18,10	21,26	14,92	15,00	10,79
Santa Cruz	2.808	2.889	2.961	3.038	3.107	3.183	3.253	3.326	3.328	3.387
Público ⁽¹⁾	22,77	27,43	24,41	22,12	29,89	32,53	35,01	50,24	54,21	67,20
Privado	3,25	2,71	2,08	1,89	1,61	1,66	1,37	1,89	0,94	0,70
Otro	0,42	0,46	0,16	0,32	-	-	0,07	0,10	-	0,02
Ninguno	73,56	69,40	73,35	75,66	68,48	65,82	63,55	47,77	44,85	32,07
Beni	433	440	446	452	458	465	471	477	502	511
Público ⁽¹⁾	62,40	66,30	65,19	52,04	63,11	50,59	65,48	77,21	75,02	90,36
Privado	0,58	0,39	1,12	0,66	0,37	0,87	1,09	0,94	0,00	0,05
Otro	-	-	-	0,86	-	0,21	-	-	-	-
Ninguno	37,02	33,30	33,65	46,44	36,51	48,33	33,44	21,85	24,98	9,59
Pando	116	121	126	131	136	141	146	151	156	161
Público ⁽¹⁾	27,38	29,52	30,59	28,00	35,13	33,42	36,17	79,76	79,36	92,85
Privado	0,89	1,07	0,77	0,55	0,59	0,82	0,39	0,82	0,15	-
Otro	0,46	0,68	0,39	1,54	0,11	-	-	0,12	-	-
Ninguno	71,27	68,73	68,25	69,91	64,17	65,72	63,44	19,29	20,49	7,15

Fuente: Instituto Nacional de Estadística 2011 - 2021

La Encuesta de Hogares mide factores de expansión basados en las Proyecciones de Población Revisión 2020.

Para el 2019 se emite la fecha febrero de 2019 que tiene por objeto ampliar la población beneficiaria que no se encuentra cubierta por la Seguridad Social de Corto Plazo, con atención gratuita de salud, en avance hacia un Sistema Único de Salud Gratuito. En su Decreto Reclamatorio (D.S. N° 3813) en el Artículo 3° menciona "Las atenciones en Salud Universal y Gratuita, con base en Productos en Salud, comenzará a prestarse

⁽¹⁾ Público incluye al SisLud (SUS), Seguros de Salud de Gobiernos Autónomos Departamentales o Municipales y las Cajas de Salud.

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Bolívia - 2022

ANEXO C – TABELA COM DADOS DE ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO COM 19 ANOS OU MAIS DA BOLÍVIA POR DEPARTAMENTO E ÁREA

Cuadro N° 3.02.01.02

BOLIVIA: AÑOS PROMEDIO DE ESTUDIO DE LA POBLACIÓN DE 19 AÑOS O MÁS EDAD POR SEXO, SEGÚN ÁREA Y DEPARTAMENTO, CENSOS 1992, 2001 Y 2012 (En años de estudio)

ÁREA Y DEPARTAMENTO	1992			2001			2012		
	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres
BOLIVIA	6,06	6,95	5,23	7,43	8,24	6,65	8,97	9,55	8,41
Chuquisaca	4,47	5,12	3,88	5,78	6,40	5,23	7,69	8,15	7,25
La Paz	6,49	7,63	5,42	7,88	9,00	6,84	9,30	10,14	8,50
Cochabamba	6,03	6,89	5,24	7,35	8,16	6,61	8,80	9,43	8,21
Oruro	6,74	7,95	5,68	7,98	9,04	6,98	9,53	10,30	8,80
Potosí	4,10	5,17	3,19	5,03	6,04	4,15	7,13	7,88	6,41
Tarija	5,67	6,36	5,02	6,98	7,57	6,43	8,72	9,03	8,41
Santa Cruz	6,82	7,33	6,31	8,12	8,59	7,66	9,49	9,77	9,20
Beni	6,30	6,83	5,74	7,44	7,86	6,98	9,06	9,32	8,78
Pando	5,34	5,68	4,84	7,21	7,56	6,73	9,15	9,35	8,88
URBANA	7,92	8,90	7,05	9,23	10,10	8,45	10,34	10,94	9,80
Chuquisaca	8,66	9,59	7,91	9,52	10,25	8,90	10,58	11,15	10,09
La Paz	7,91	9,08	6,86	9,40	10,51	8,41	10,65	11,47	9,91
Cochabamba	8,34	9,39	7,44	9,53	10,46	8,73	10,34	11,06	9,71
Oruro	8,17	9,38	7,12	9,90	10,99	8,96	10,86	11,61	10,20
Potosí	7,22	8,42	6,24	8,78	9,92	7,85	10,07	10,88	9,38
Tarija	7,50	8,30	6,79	8,53	9,22	7,91	10,05	10,42	9,71
Santa Cruz	7,83	8,52	7,19	9,01	9,63	8,43	10,11	10,48	9,75
Beni	7,23	7,94	6,57	8,42	9,01	7,84	9,85	10,22	9,49
Pando	8,22	8,92	7,51	9,49	10,04	8,86	10,56	10,93	10,16
RURAL	3,38	4,33	2,42	4,19	5,18	3,14	6,00	6,80	5,12
Chuquisaca	2,18	2,87	1,54	2,77	3,43	2,15	4,70	5,29	4,10
La Paz	3,85	5,10	2,61	4,75	6,10	3,36	6,59	7,70	5,39
Cochabamba	3,30	4,18	2,42	3,83	4,74	2,91	5,20	5,96	4,40
Oruro	4,00	5,27	2,85	5,15	6,45	3,78	7,25	8,29	6,15
Potosí	2,57	3,61	1,66	3,08	4,12	2,15	5,11	6,01	4,19
Tarija	3,23	3,97	2,47	4,03	4,72	3,27	6,06	6,50	5,57
Santa Cruz	4,06	4,57	3,39	5,00	5,50	4,33	6,54	6,85	6,12
Beni	4,45	5,00	3,70	5,20	5,66	4,51	6,77	7,13	6,27
Pando	4,28	4,72	3,58	5,53	5,97	4,82	7,63	7,87	7,28

Fuente: Instituto Nacional de Estadística

Nota: Los datos correspondientes a 1992 y 2001, sólo toman en cuenta a la población que respondió las preguntas de educación, incluidas en los censos de Población y Vivienda.

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Bolívia – 2022

ANEXO D – TABELA COM DADOS DE TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS, SEPARADO POR SEXO, ÁREA E DEPARTAMENTO

Cuadro N° 3.02.01.01

BOLIVIA: TASA DE ANALFABETISMO EN LA POBLACIÓN DE 15 AÑOS O MÁS EDAD POR SEXO, SEGÚN ÁREA Y DEPARTAMENTO, CENSOS 1992, 2001 Y 2012 (En porcentaje)

ÁREA Y DEPARTAMENTO	1992			2001			2012		
	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres
BOLIVIA	20,01	11,84	27,69	13,28	6,94	19,35	5,09	2,45	7,67
Chquisaca	39,48	29,47	48,43	26,97	18,38	34,79	11,01	6,85	14,92
La Paz	16,87	8,51	24,66	11,39	4,85	17,56	4,60	1,74	7,33
Cochabamba	21,19	12,56	29,12	14,53	7,42	21,16	5,45	2,43	8,31
Oruro	15,39	5,93	23,88	10,61	3,58	17,29	3,96	1,29	6,50
Potosí	38,19	23,47	50,78	28,42	15,36	39,97	11,76	5,59	17,69
Tarija	21,22	12,73	29,35	14,10	7,91	20,09	5,76	3,17	8,29
Santa Cruz	11,07	7,25	14,91	7,26	4,26	10,26	2,59	1,50	3,71
Beni	12,84	8,96	17,02	8,88	6,18	11,86	3,14	2,28	4,07
Pando	21,02	17,86	25,49	8,88	6,18	11,86	2,22	1,74	2,83
URBANA	8,90	3,76	13,52	6,44	2,48	10,01	2,67	1,04	4,17
Chquisaca	12,84	6,60	17,95	9,97	5,06	14,20	4,75	2,30	6,88
La Paz	9,24	3,48	14,47	6,43	1,98	10,43	2,59	0,75	4,23
Cochabamba	8,14	2,97	12,59	6,68	2,26	10,54	3,03	1,01	4,84
Oruro	9,17	2,68	14,98	6,14	1,39	10,37	2,64	0,68	4,37
Potosí	13,98	4,60	21,92	10,36	3,17	16,42	4,51	1,34	7,27
Tarija	11,21	5,36	16,43	8,09	3,41	12,28	3,29	1,45	4,98
Santa Cruz	6,94	3,81	9,82	5,11	2,55	7,48	2,01	1,05	2,94
Beni	8,20	4,81	11,49	5,79	3,46	8,11	1,99	1,30	2,67
Pando	4,36	2,46	6,47	3,46	1,91	5,25	1,22	0,74	1,76
RURAL	36,48	23,14	49,93	25,77	14,42	37,91	10,35	5,24	16,02
Chquisaca	54,19	41,23	66,33	41,13	28,92	52,77	17,56	11,24	24,01
La Paz	31,19	17,59	44,46	21,68	10,38	33,42	8,65	3,56	14,12
Cochabamba	36,92	23,30	50,45	27,27	15,09	39,90	10,96	5,39	16,93
Oruro	27,74	12,37	41,61	17,52	6,69	28,95	6,28	2,26	10,60
Potosí	50,58	33,05	65,63	38,29	21,76	53,31	16,86	8,33	25,65
Tarija	34,96	22,03	48,59	25,76	15,69	37,12	10,66	6,30	15,45
Santa Cruz	22,68	15,44	32,10	14,90	9,36	22,36	5,36	3,34	7,98
Beni	22,64	16,46	31,08	16,31	11,74	22,90	6,48	4,71	8,93
Pando	27,59	23,12	34,54	15,54	11,82	21,38	3,26	2,67	4,12

Fuente: Instituto Nacional de Estadística

Los datos correspondiente a 1992, 2001 y 2012, no incluyen personas que residen habitualmente en el exterior y personas que no brindaron información.

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Bolívia – 2022